

# AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA

em unidades de educação infantil  
da rede municipal de São Paulo



RELATÓRIO TÉCNICO

2013-2015

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA EM  
UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE  
MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**2015**

# Relatório Técnico

**Assessoras de DOT-EI**

Maria M. Malta Campos

Bruna Ribeiro

## **Agradecimentos**

Miriam Bizzocchi

Aline Dias Nascimento

Marina Célia Moraes Dias

Marcus Vinícius Batalha das Neves

Sônia Larrubia Valverde

Equipe Técnica DOT-EI

## MELÔ DOS INDICADORES

(Paródia de “Asa Branca” de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira)

Quando vi a Escola abrindo  
Para o Plano de Ação  
Eu perguntei a Deus do Céu  
Vai priorizar a Educação?

Quanta coisa pra mudar  
Nessa tal de Dimensão  
Agora sei, vai melhorar  
O planejamento e a Gestão!

Até mesmo as professoras  
Ganharão mais formação  
Então eu disse pra Diretora  
Fora do horário, ninguém quer não!

Hoje nossa realidade  
É criança em profusão  
Educação de Qualidade  
É sonho da população!

Quando o verde foi votado  
Vi a escola em ascensão  
Nosso trabalho referendado  
Em prol da boa Educação

Indicadores! Indicadores!  
Indicadores! Indicadores!

*Rosângela Falce*

*Coordenadora Pedagógica da EMEI Delfino Azevedo*

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>1. Introdução:</b> Contexto e antecedentes .....	11
<b>2. O documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</b> .....	15
<b>3. O caminho percorrido para a utilização do Indique-EI na autoavaliação das unidades</b> .....	30
<b>4. Documentação e registro das atividades</b> .....	51
4.1. Metodologia de análise dos questionários .....	53
4.2. Análise das respostas ao questionário para representantes de unidades .....	56
4.2.1. Questões abertas por tipo de unidade .....	71
4.2.2. Análise das respostas ao questionário para representantes das DREs ..	74
<b>5. Considerações Finais</b> .....	82
<b>6. Referências Bibliográficas</b> .....	88
<b>Anexos</b> .....	90

**Você sabia que podemos juntos construir uma escola  
cada vez melhor para nossas crianças?**

Convidamos vocês a participarem da avaliação de nossa escola, com o objetivo de aprimorarmos este espaço como lugar de desenvolvimento infantil, considerando suas necessidades emocionais e pedagógicas. Neste dia, apresentaremos os pontos a serem avaliados, discutindo em grupo os temas propostos (...) Sua participação é muito importante para nos ajudar a construir uma escola cada vez melhor! *(convite enviado aos pais de uma EMEI da Rede Municipal de Educação de São Paulo).*

## Apresentação

Este relatório apresenta os dados recolhidos durante a primeira fase da experiência de aplicação de uma metodologia de autoavaliação institucional participativa nas unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo. Nessa primeira fase, desenvolvida durante o segundo semestre de 2013 e durante o ano de 2014, a avaliação foi realizada em cerca de 20% das mais de duas mil unidades que compõem a rede. Essas unidades participaram voluntariamente da experiência, que foi documentada de diversas maneiras durante e após sua realização. O instrumento utilizado para a autoavaliação foi o documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, publicado pelo Ministério da Educação em 2009.

As formas de acompanhamento e registro dessa experiência foram múltiplas. Neste relatório, são apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários a grupos de representantes de unidades que tomaram parte na autoavaliação e de representantes das Diretorias Regionais de Educação – DREs que acompanharam a experiência. Também foram utilizados no relatório os documentos elaborados pela Divisão de Orientação Técnica de Educação Infantil – DOT-EI, da Secretaria Municipal de Educação, apresentações realizadas nos diversos seminários descentralizados realizados, além de algumas informações e registros que constam de relatos escritos realizados pelas unidades sobre a autoavaliação.

Muitos resultados analisados neste relatório foram objeto de apresentação e discussão em reuniões com profissionais da rede municipal, no decorrer desse período. Dessa forma, essas análises também se beneficiaram dos comentários desses profissionais que contam com longa experiência de trabalho junto à rede municipal de São Paulo.

O trabalho de acompanhamento, recolhimento e análise de dados foi realizado no contexto de uma assessoria das duas autoras junto à DOT-EI. Colaborou com esse trabalho a bolsista de pós-graduação da PUC de São Paulo, Aline Dias Nascimento. O tratamento e análise dos dados coletados foram realizados com a colaboração do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e contou com a assessoria estatística de Miriam Bizzocchi.

O relatório beneficiou-se também do produtivo convívio, durante esse período, das autoras com a Professora Marina Célia Moraes Dias, que acompanhou o processo de autoavaliação na condição de assessora do MEC. Contou também com a preciosa contribuição e apoio da equipe de DOT-EI, especialmente de sua dirigente, a Professora Sonia Larrubia Valverde, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

O relatório está organizado da seguinte forma: inicialmente descreve-se brevemente o contexto da pesquisa, com dados sobre o histórico da rede e sua atual abrangência; apresenta-se o documento utilizado, com referências à bibliografia nacional sobre essa modalidade de avaliação; em seguida, são relatados os diversos momentos pelos quais se desenvolveu o processo de discussão e proposição da autoavaliação junto a representantes de DREs e de unidades, e como foi organizada a preparação das equipes, o acompanhamento e as diversas etapas de trocas de experiência entre as unidades participantes, de forma descentralizada na cidade; o relatório apresenta então informações sobre a coleta e tratamento dos dados sobre essa experiência e, em seguida, apresenta e analisa as informações colhidas sobre cada um dos aspectos abordados nos questionários que foram distribuídos a grupos de participantes; finalmente apresenta algumas considerações finais, visando contribuir para a revisão do instrumento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana*, cuja versão preliminar foi utilizada na segunda etapa desse

processo, iniciada em 2015, quando a autoavaliação passou a fazer parte do calendário oficial da rede municipal e, portanto, a ser realizada de forma descentralizada na cidade, em todas as unidades dessa rede.

# Introdução:

## Contexto e antecedentes



***Você sabia que podemos juntos construir uma escola  
cada vez melhor para nossas crianças?***

*(Trecho do convite enviado aos pais de uma EMEI da Rede  
Municipal de Educação de São Paulo).*

## 1. Introdução: Contexto e antecedentes

A rede municipal de educação infantil do município de São Paulo é a maior do país e a mais antiga, tendo sua origem nos Parques Infantis criados na década de 30 do século passado, no Departamento de Cultura, na gestão de Mario de Andrade. Muito depois, no início deste século, a rede de creches administradas pela Secretaria de Bem Estar Social, com mais de trinta anos de história, foi integrada ao sistema educacional do município, seguindo o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 1996.

Os parques e recantos infantis deram origem às Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, que recebem crianças em idade pré-escolar; as creches municipais e conveniadas, criadas no âmbito da Secretaria de Bem Estar Social, foram transferidas para a Secretaria Municipal de Educação - SME a partir de 2001, adotando o nome de Centros de Educação Infantil – CEIs. Inicialmente atendiam crianças entre 0 e 6 anos de idade, e após a integração à educação, passaram a atender crianças de 0 a 3 anos e onze meses. Os CEIs podem ser diretamente ligados à SME (CEIs diretos), podem ser construídos e cedidos para serem administrados por entidades sem fins lucrativos conveniadas (CEIs indiretos), ou são equipamentos privados, administrados por entidades sem fins lucrativos que estabelecem convênios com SME. Uma parte das EMEIs e dos CEIs diretos está localizada em prédios dos Centros Educacionais Unificados, os CEUs.

Em 2013, no momento inicial do projeto de autoavaliação, a educação infantil municipal abrangia 2.140 unidades, diretas, indiretas e conveniadas, atendendo perto de 440 mil crianças de 0 a 5 anos. Eram 528 EMEIs (para crianças de 4 e 5 anos de idade), 359 CEIs diretos e 1.253 CEIs conveniados (para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses). (SME, 2013)

Na gestão anterior, a Secretaria Municipal de Educação já havia introduzido a proposta de autoavaliação das unidades, com uso de uma escala preenchida anualmente pela equipe pedagógica. As famílias foram consultadas por meio de um questionário enviado separadamente aos pais.

Na gestão 2013/2014, dentre as ações desenvolvidas no âmbito de DOT-EI (Diretoria de Orientação Técnica, Divisão de Educação Infantil), com vistas a aprofundar a discussão sobre qualidade na educação infantil municipal, foram realizados, no ano de 2013, sete encontros descentralizados do *I Seminário Regional Qualidade e Avaliação na Educação Infantil*, abrangendo equipes das 13 DREs (Diretorias Regionais de Educação) da capital e diretores e coordenadores pedagógicos de CEIs e EMEIs, tanto de unidades diretas, como de indiretas e conveniadas.

Nesses seminários, foram feitas duas apresentações: a coordenadora de DOT-EI Sonia Larrubia Valverde apresentou a *Proposta de uma política de educação infantil para a cidade de São Paulo*, abordando as concepções de criança, de infância, de educação infantil e da pedagogia da infância que fundamentam as propostas de currículo, formação e avaliação na educação infantil do município; e a assessora de DOT-EI, Maria Malta Campos, apresentou *Questões sobre a qualidade na educação infantil*, discutindo a evolução distinta das concepções sobre qualidade e avaliação nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental e resumindo as principais propostas de avaliação em discussão hoje no país.

Ao final das apresentações realizadas nesses encontros, sugeriu-se às equipes das unidades a utilização do documento publicado pelo MEC em 2009 e já em uso em diversas redes do país, *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, que propõe a realização de uma experiência de autoavaliação institucional participativa nas unidades, envolvendo gestores, professores, funcionários e familiares das crianças.

Essa proposta, que ganhou um melhor contorno a partir de um primeiro encontro realizado com os supervisores da rede, que precedeu os seminários regionais, teve um caráter opcional, ou seja, foi uma oportunidade oferecida àquelas unidades que, voluntariamente, decidissem participar do projeto. As equipes de cada DRE fixaram prazos para que as unidades que desejassem se inscrevessem e, para estas, foi oferecida uma formação descentralizada, realizada com a assessoria de Bruna Ribeiro.

Em todas as etapas do trabalho, as assessoras atuaram em conjunto com a equipe de DOT-EI, participando das reuniões de planejamento e avaliação, dos seminários regionais, e dos trabalhos de grupo desenvolvidos ao longo do projeto. A assessoria também incluiu a seleção e compartilhamento de subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho, em diversos momentos, o acompanhamento e registro das atividades, assim como a elaboração de instrumentos (questionários, fichas de registro e roteiros de debate). Além da equipe de DOT-EI, participaram do projeto a assessora contratada pelo MEC, Marina Célia Moraes Dias e a bolsista de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – Currículo da PUC de São Paulo, Aline Dias Nascimento.

# O documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*



***Pela primeira vez demos voz aos pais***

*(Relato CP-DRE Guaianases)*

## 2. O documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil/Indique-EI fazem parte de uma coleção de documentos sobre indicadores de qualidade na educação, que “foram desenvolvidos com o objetivo de construir e disseminar um conjunto de indicadores educacionais qualitativos, de fácil compreensão, capaz de envolver os diferentes atores da comunidade escolar – estudantes, professores/as, gestores/as, familiares, funcionários/as, representantes de organizações e movimentos sociais etc. – em torno de uma avaliação participativa. Na perspectiva de criar condições efetivas para a democratização da escola, a metodologia foi concebida para que a comunidade reunida possa avaliar sua realidade, identificar prioridades, estabelecer e implementar planos de ação e monitorar seus resultados.” ([www.indicadoreseducacao.org.br](http://www.indicadoreseducacao.org.br))

O documento elaborado para a educação infantil havia sido precedido por outra publicação, os *Indicadores da qualidade na educação/Indique*, voltados para a educação básica (Ação Educativa, 2008). Essa primeira iniciativa foi promovida em conjunto com UNICEF e MEC/INEP, com apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e visava “desenvolver um sistema de indicadores populares de qualidade da escola.” (Ação Educativa, 2013) O texto foi elaborado por um grupo técnico formado por representantes de diversas universidades, institutos especializados e entidades da sociedade civil.

Vera Ribeiro e colaboradoras (2005) discutiram os principais aspectos desse tipo de avaliação institucional de qualidade da educação, que é realizada de forma participativa e contextualizada, ao analisar o processo de elaboração desse primeiro documento. As autoras contrapõem esse modelo àquele baseado em avaliações externas de desempenho de alunos, mencionando as

dificuldades que as escolas e os profissionais da educação demonstram para se apropriar dos resultados dessas avaliações realizadas em grande escala, no trabalho que desenvolvem com seus alunos no cotidiano. Reconhecendo que o conjunto de esforços representados pela coleta e disponibilização de informações cada vez mais detalhadas sobre os sistemas educacionais são fundamentais “para o avanço da pesquisa educacional no país, para o desenho de políticas públicas que respondam aos problemas prioritários, assim como para o monitoramento e o controle social sobre as políticas públicas”, as autoras registram que o uso desses dados para a melhoria da educação “permanece um enorme desafio”. O artigo aponta que o tipo de divulgação na mídia dos resultados obtidos por essas avaliações de desempenho têm reforçado uma imagem negativa da escola pública e de seus profissionais. “Apesar de haver um certo alarde na imprensa, que mobiliza o segmento da opinião pública, as escolas não se apropriam dessas informações, não conseguem assumir um papel protagonista e acabam sendo ainda vitimadas pelo estigma da incompetência” (Ribeiro et al, 2005, p. 230-232).

O projeto de elaborar indicadores qualitativos de qualidade da escola surgiu, então, com a intenção de desenvolver um “instrumento complementar, mais diretamente referido à perspectiva das comunidades escolares e mais eficaz como incentivo e suporte ao seu engajamento em ações coletivas que visem à melhoria da qualidade da educação.” (Ribeiro et al, 2005, p. 234) As autoras relatam a metodologia adotada para a produção do documento e quais os subsídios utilizados para compor seu conteúdo e para delinear a dinâmica de grupo sugerida para a aplicação do instrumento pela comunidade escolar, com a participação de profissionais, pais e alunos. Finalizam o artigo com uma série de recomendações baseadas na experiência piloto de utilização do documento: não utilizar a autoavaliação como instrumento de controle externo sobre a escola; reconhecer que conflitos de opinião podem surgir, mas que se deve

evitar a “busca de consenso a qualquer preço”; considerar a necessidade de envolver as secretarias de educação responsáveis pelas redes escolares nesse processo, para lidar com questões que escapam do âmbito de ação das unidades (Ribeiro et al, 2005).

Posteriormente, um processo semelhante foi adotado na preparação dos *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*, que contou com apoio do UNICEF, UNDIME e Fundação ORSA, numa promoção conjunta do MEC e da Ação Educativa, em resposta à reivindicação de grupos mobilizados na área da educação infantil. As metodologias propostas pelos dois documentos para o processo de autoavaliação institucional são muito semelhantes, mas os indicadores para a educação infantil foram elaborados de forma a considerar as especificidades dessa etapa educacional. Esse documento foi publicado em 2009 e, no ano seguinte, enviado a todas as creches, pré-escolas e centros de educação infantil, públicos e conveniados com o poder público, e aos órgãos municipais de educação do país.

A definição de indicadores de qualidade para a educação infantil já havia sido proposta em documento anterior publicado pelo MEC em 2006, *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Em sua Introdução, esse documento estabelecia uma distinção entre os conceitos de parâmetros e indicadores: “Entende-se por **parâmetros** a norma, o padrão (...) capaz de modificar, regular, ajustar o sistema. (...) **Indicadores**, por sua vez, presumem a possibilidade de quantificação, servindo, portanto, como instrumento para aferir o nível de aplicabilidade do parâmetro. **Parâmetros** são mais amplos e genéricos. **Indicadores** mais específicos e precisos.” (MEC, 2006, p. 8)

Segundo Bauer e Sousa, “O processo de definição de indicadores é complexo não só porque condensa a noção de qualidade que se está tomando como referência para avaliação, mas também por dificuldades de operacionalização (...)” (Bauer e Sousa, 2015, p. 261). A elaboração do documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* procurou enfrentar esse desafio por meio de diferentes estratégias: primeiro, tomando por base a experiência anterior de elaboração e uso do documento voltado para o ensino fundamental; segundo, partindo de um levantamento de documentos já existentes, nacionais e internacionais, que propõem critérios de qualidade para creches e pré-escolas; terceiro, envolvendo um grupo amplo, representativo de pessoas com diferentes tipos de envolvimento com a questão; e quarto, promovendo um pré-teste de sua versão preliminar em contextos diversos do país, para o ajuste final da linguagem e da organização do documento. (MEC, 2009)

Os indicadores de qualidade estão organizados em sete dimensões: 1) Planejamento institucional; 2) Multiplicidade de experiências e linguagens; 3) Interações; 4) Promoção da Saúde; 5) Espaços, materiais e mobiliários; 6) Formação e condições de trabalho das professoras; 7) Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Cada dimensão abrange entre três a seis indicadores, que são desdobrados em questões, as quais devem ser respondidas com a atribuição de cores: verde para uma avaliação positiva, amarelo para sinalizar avaliação média, e vermelho para as questões apresentando problemas que devem ser prioritariamente tratados. O trabalho segue uma dinâmica de discussão em pequenos grupos com participação de diferentes segmentos da creche ou pré-escola (pais, professores, gestores, funcionários, pessoas da comunidade) e uma plenária final com todos os participantes. Após o diagnóstico, os participantes devem elaborar um plano de

ação para implementar as mudanças ou aprimoramentos indicados como necessários pela autoavaliação.

A recepção e utilização deste documento no país foi objeto de ampla pesquisa promovida pelo MEC, com apoio do UNICEF e do Instituto Avisa Lá, desenvolvida por equipe da Ação Educativa, com a colaboração da UNDIME, que disponibilizou em seu site na Internet um questionário para representantes dos municípios brasileiros. Os resultados, obtidos pelas respostas enviadas por 44% dos municípios, mostram que o documento estava sendo utilizado em quase metade deles, de diferentes maneiras: em autoavaliações, como material de apoio para a supervisão das unidades, para a formação continuada de educadores e técnicos, e até mesmo para a avaliação externa dos estabelecimentos (MEC, s.d.).

Outras pesquisas analisaram com maior detalhe algumas experiências de uso da autoavaliação com base nos indicadores de qualidade. Bruna Ribeiro (2010;2013), em sua dissertação de mestrado, acompanhou e analisou a aplicação dessa metodologia em quatro creches conveniadas do município de São Paulo, durante o ano de 2009. Nessa pesquisa, o tipo de participação de cada segmento da equipe envolvido na autoavaliação foi classificado segundo as categorias propostas por Licínio Lima (2008): foi classificada como ativa, a participação de diretores, coordenadores pedagógicos e professores das unidades; como reservada, aquela observada por parte de auxiliares de enfermagem e cozinheiras; e como passiva, a participação de atendentes gerais. O envolvimento dos pais foi classificado como reservado, porém a autora registrou o significativo entusiasmo que muitos pais demonstraram em sua participação; foram também registradas resistências de alguns segmentos, sendo que estas manifestações apresentaram diferentes intensidades nas quatro unidades. O estudo mostra que o fato dos grupos envolvidos na

autoavaliação deterem poderes desiguais na instituição determina, em grande parte, o tipo de envolvimento e participação no processo observado nessas creches.

Vanda Ribeiro e Joana Gusmão (2010) analisaram diversas experiências de autoavaliação que utilizaram os indicadores de qualidade para o ensino fundamental, em 14 estados e municípios, examinando mais de perto três desses processos, ocorridos na Bahia, em Ituiutaba e Suzano. Para analisar essas experiências, as autoras definiram uma série de critérios ou fatores. Quanto à simplicidade, observaram as diferenças entre saberes de profissionais e pais; em relação aos fatores rigor e precisão, apontaram problemas que geram parcialidade, como a necessidade de explicações aos pais e dificuldades para lidar com tensões e conflitos. As experiências evidenciaram a utilidade do processo em relação à busca de melhorias de qualidade na escola: mudanças positivas na participação dos pais, uma incidência na gestão democrática da educação, melhor comunicação entre as unidades e a secretaria de educação, com maior clareza sobre os respectivos papéis, e melhorias na infraestrutura das escolas. Sobre a factibilidade da experiência, as autoras mostram a necessidade de prever tempo adequado para a autoavaliação, com apoio da secretaria, ressaltando que o material, por si só, não é suficiente para desencadear o processo. Foram também registradas algumas tensões subjacentes à proposta: receio de controle externo, resistência à participação das famílias e resistência à avaliação.

Em publicação posterior da Ação Educativa (2013), encontra-se desenvolvida uma proposta do uso de indicadores de qualidade na elaboração e revisão dos planos de educação. A coleção dos documentos com indicadores de qualidade, que além dos dois já citados inclui *Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola* (2013), “busca fomentar a disseminação

e o enraizamento de processos participativos e democráticos de avaliação, planejamento e monitoramento de práticas e políticas educacionais.” (p. 7)

O texto mostra como podem se articular os processos desenvolvidos no âmbito das unidades escolares com as questões ligadas à gestão das redes. Nesse sentido, “a capacidade de escuta e de encaminhamento consequente, pelos gestores educacionais, das propostas que emergirão das escolas e comunidades, pode levar o município a avanços concretos na qualidade educacional.” (p. 11) As informações resultantes dessas dinâmicas podem ser complementadas por outro tipo de informações (dados sobre o município, resultados de outras avaliações, entre outros) e se constituir em importantes subsídios para a construção dos planos municipais. Ao promover essa articulação, deve ser ressaltado com as equipes responsáveis que essa proposta “não permite ranqueamentos nem comparações entre escolas e creches”, pois a metodologia não é de medida, mas sim “de identificação de problemas e dificuldades e de proposição de caminhos coletivos para a melhoria da situação.” (Ação Educativa, 2013, p. 14)

Nessa publicação constam também recomendações sobre a organização da autoavaliação e o uso mais adequado dos diagnósticos obtidos nas unidades; a maioria dessas orientações foi seguida na experiência realizada na rede municipal de educação infantil de São Paulo, conforme registrado no decorrer deste relatório. Quanto à preparação do processo, recomenda-se que os órgãos centrais estimulem e criem condições favoráveis para a participação das unidades, por meio de debates sobre o significado da proposta e oferta de formação para uso da metodologia; sobre a mobilização da comunidade, sugerem-se diversas estratégias para divulgação da proposta junto às comunidades e recomenda-se o acompanhamento por parte de representantes da secretaria e posterior sistematização e disponibilização das informações

sobre a experiência; quanto à devolutiva para as escolas, recomenda-se a divulgação de sínteses sobre os resultados, de forma a manter uma comunicação permanente entre os gestores, as unidades e a comunidade. Como conclui o documento, “a avaliação nos termos concebidos pela coleção Indicadores é um processo permanente de acompanhamento e (re)avaliação das propostas acordadas coletivamente.” (Ação Educativa, 2013, p. 31)

Uma metodologia semelhante de autoavaliação institucional participativa foi desenvolvida e adotada pela prefeitura de Campinas em sua rede de ensino, relatada no livro organizado por Sordi e Souza (2009, 2012), o qual traz importantes subsídios para essa linha de trabalho. O caminho seguido pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, a partir de 2007, foi o seguinte: em um primeiro momento um processo por adesão foi desenvolvido com onze unidades, sendo sete de ensino fundamental e quatro de educação infantil. Em 2008, foi proposto um plano que previu a aplicação da autoavaliação nas unidades de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos (EJA). O livro organizado por Sordi e Souza (2009,2012) contém ainda o relato e a análise de dados colhidos ao longo desse processo, destacando os diversos olhares sobre a experiência: de funcionários, famílias, estudantes, orientadores pedagógicos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e parceiros da universidade.

Outra experiência de avaliação institucional da escola foi realizada na rede municipal de ensino de Cuiabá, em 24 unidades escolares, com a finalidade de validar um instrumento e testar uma metodologia de avaliação que combinou a autoavaliação interna com uma avaliação externa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), com apoio da UNESCO (FCC, 2014). Para esse trabalho foi preparado um instrumento de autoavaliação baseado nos Indicadores de Qualidade da Educação, com adequação à linguagem e à

realidade local. O processo conduzido nas escolas utilizou o mesmo formato e os procedimentos indicados nesse documento. O projeto incluiu ações formativas para profissionais da rede e o acompanhamento das autoavaliações nas escolas por facilitadores, os quais também foram responsáveis por colher dados para a avaliação externa realizada sobre aquelas unidades. Os facilitadores receberam um Protocolo de Ética, com orientações para sua conduta durante o processo avaliativo. Cada facilitador acompanhou a avaliação em duas escolas. As escolas criaram Comissões de Avaliação da Escola, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, coordenadas pelos coordenadores pedagógicos. Por orientação da secretaria municipal, em todo o processo houve uma ênfase nos aspectos do currículo e dos projetos políticos pedagógicos das escolas.

As conclusões do relatório de pesquisa apontam para alguns aspectos importantes da experiência: a carga extra de trabalho que representa para a escola a realização de uma autoavaliação; o potencial de mudanças que um processo como esse propicia; o intenso envolvimento dos participantes ocorrido em muitas unidades; alguns receios quanto ao tipo de encaminhamento que as questões apontadas nas avaliações teriam no âmbito da gestão municipal; maior facilidade em identificar problemas nas condições materiais das escolas do que nos aspectos que incidem sobre as ações dos profissionais que ali trabalham; desconfianças em relação ao papel exercido pelas famílias junto aos alunos; influência das diferentes posições ocupadas pelos participantes na hierarquia de poder na escola em relação à sua liberdade em expor opiniões durante as discussões coletivas. Como o projeto envolveu também uma avaliação externa das mesmas unidades, foi possível perceber que “houve retratos que mais se aproximaram da realidade” do que outros. Ou seja, “a valoração mais positiva que algumas escolas se atribuíram na maioria das dimensões pode não ser necessariamente indicativa de uma qualidade mais satisfatória”. Na realidade, o relatório reconhece que “as escolas mais ciosas de

suas práticas e de seus resultados podem ser mais exigentes ao se autoavaliarem”. (FCC, 2014, p. 142)

Ribeiro e Gusmão (2011) analisaram um conjunto de 103 planos de ação elaborados por escolas de ensino fundamental, municipais e estaduais, que resultaram de processos de autoavaliação participativa com o uso do documento Indicadores da Qualidade na Educação (Indique). A maioria das escolas localiza-se no estado de São Paulo, sendo que três outros estados estão também representados nesse conjunto: Goiás, Paraná e Minas Gerais. Os problemas registrados e as propostas para enfrentá-los foram analisados seguindo as sete dimensões de qualidade arroladas no Indique. As conclusões desse estudo apontam para o fato de que “as comunidades escolares têm conhecimentos a serem mobilizados para a solução de parte de seus problemas” (p. 467) No entanto, as propostas analisadas nesses planos de ação revelam também algumas questões com as quais as escolas demonstram encontrar maior dificuldade de lidar: a relação com as famílias, os problemas de convivência escolar (indisciplina, conflitos), e o desinteresse pelos estudos observado nos alunos. Note-se que não são apenas as faltas e abandono dos estudos por parte dos alunos que aparecem citados nesses documentos, mas também o alto índice de faltas e substituições de professores, funcionários e diretores (p. 465). Os planos de ação revelam, além disso, a dificuldade das escolas em encaminhar soluções que dizem respeito mais diretamente à prática pedagógica, resultado encontrado também em outras pesquisas sobre o uso da autoavaliação institucional nas escolas.

No âmbito das formulações sobre a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) prevê como estratégia (1.6) para que a expansão da oferta não seja feita em detrimento da qualidade do atendimento a:

(...) avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes (PNE 2014-2024, Estratégia 1.6, Meta 1).

Nesse contexto e com o intuito de fornecer subsídios que auxiliem na construção dessa política, um Grupo de Trabalho/GT (Portaria Ministerial 1.147/2011) foi instituído, recomendando em seu documento<sup>1</sup>, entre outras proposições, que o MEC/SEB atue no sentido de “divulgar amplamente padrões de qualidade, a partir dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, assegurando sistemática de envolvimento do órgão executivo do respectivo sistema de ensino”.

A ênfase na divulgação do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil se justifica, segundo parecer do GT, uma vez que ele se baseia em uma concepção de avaliação participativa sem, no entanto, abrir mão de aspectos consensuados como irrevogáveis para um atendimento infantil de qualidade.

Internacionalmente, uma das experiências mais importantes é a documentada por um grupo de pesquisadoras italianas. Em livro publicado na Itália em 2002 e traduzido no Brasil em 2004, Bondioli e colaboradores analisam e refletem sobre as experiências realizadas de forma participativa e compartilhada entre pesquisadores e equipes de creches da região da Emília-Romanha que procuraram construir uma concepção de qualidade dinâmica e negociada, fundamentada pedagogicamente, desenvolvendo indicadores de qualidade utilizados em autoavaliações com os profissionais, as crianças e as famílias. Uma legislação adotada nessa região propiciou essa iniciativa, pois

---

<sup>1</sup> Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Disponível em: [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

condicionava a liberação de recursos públicos a um credenciamento baseado em critérios de qualidade. O processo desenvolvido ganhou também uma importante dimensão de formação e construção de conhecimento por parte de todos os envolvidos. Em outro livro, é apresentado um trabalho realizado durante dez anos, em creches e pré-escolas de Modena, que, de forma semelhante, procurou aliar três aspectos: a participação, a avaliação e a busca de qualidade. Segundo a perspectiva adotada por esse grupo, não existe qualidade sem participação, pois a qualidade não é um valor absoluto, ela supõe negociação entre indivíduos e grupos que possuem interesses e responsabilidades em relação a um determinado serviço (Bondioli et al., 2010).

António Bolívar (2006) traça um amplo quadro de análise sobre as tendências predominantes no campo da avaliação institucional, conferindo um lugar de destaque para a autoavaliação institucional. Apoiando-se em dados sobre a experiência acumulada nos países mais avançados, esse autor argumenta que os diagnósticos sobre o funcionamento das unidades escolares, que envolvem os próprios atores locais, são fundamentais para sustentar projetos de melhoria de qualidade da educação na escola. Um aspecto importante para o qual ele aponta é o fato de que a autoavaliação incide sobre diversos aspectos do trabalho da escola, mas por si só apresenta dificuldades para tocar nas questões mais específicas dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem no âmbito da sala de aula. Para superar essa limitação, os modelos que têm sido adotados vêm procurando associar a autoavaliação institucional a algum tipo de avaliação externa, seja com o uso de mentores externos que acompanham a realização dos diagnósticos, seja combinando diversos tipos de abordagem: “um fator crítico del éxito es la adecuada combinación de exigências externas com dispositivos que desarrollan la capacidade interna.” (p. 57) Outro aspecto para o qual o autor chama atenção é a necessidade de que qualquer exigência externa que se coloque para as unidades ou para os professores deve ser sempre acompanhada pelo

fornecimento dos meios e apoios necessários para que as escolas e equipes de profissionais possam responsabilizar-se pelas respostas previstas nessas exigências. De modo geral, o artigo mostra que os processos de melhoria de qualidade devem ser contínuos no tempo, e necessitam de constante retroalimentação para que se reflitam nos processos educativos concretos no âmbito das unidades escolares, pois “la autoevaluación institucional está inscrita em um processo más amplio de reconstrucción cultural de la escuela y de los modos de trabajar de los profesores.” (Bolívar, 2006, p. 49)

A experiência em curso na rede municipal de São Paulo faz parte, portanto, de um processo mais amplo de desenvolvimento e debate sobre formas participativas e contextualizadas de avaliação da qualidade da educação. Na Orientação Normativa n. 01/13 de DOT-EI, o uso desse documento para a realização de uma autoavaliação institucional estava justificado: “A Secretaria Municipal de Educação ao subsidiar e incentivar as Unidades Educacionais na utilização dos Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação em 2009, como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil ratifica o processo participativo e aberto a toda comunidade.” (SME, 2014, p. 26)

Como anexo a esse documento, consta a deliberação do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, de 7 de novembro de 2013, a qual também recomenda os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, ao abordar a necessidade da promoção da avaliação das instituições de educação infantil, além da avaliação do desenvolvimento das crianças. De acordo com o Conselho Municipal de Educação, “Esse movimento coletivo” (de aprofundamento da avaliação da qualidade) “irá constituir em nosso Município a avaliação da/na educação infantil como um processo permanente, criativo, acolhedor de diferentes olhares em relação às possibilidades pedagógicas existentes para o desenvolvimento das crianças.” (CME, 2013).

Nesse sentido, a proposta de divulgação, utilização e reflexão do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil em toda a rede pública do município de São Paulo se justifica à medida que propicia que através da vivência de um processo autoavaliativo e democrático, a rede produza insumos para a construção de indicadores do município e que estes sejam condizentes com a história da maior e mais antiga rede de educação infantil do país, que em 2015, completou 80 anos de história.

Considerando-se a importância e a dimensão da rede municipal de educação infantil de São Paulo, esse trabalho adquire relevância especial para a promoção de uma educação infantil pública de qualidade no país.

# O caminho percorrido para a utilização do Indique-EI na autoavaliação das unidades



***A qualidade dos debates foi incrível, não esperávamos que as famílias tivessem tantas contribuições na análise desenvolvido pelo CEI***

*(Relato de Autoavaliação de um CEI Direto)*

### **3. O caminho percorrido para a utilização do Indique-EI na autoavaliação das unidades**

#### **Objetivos e etapas**

A proposta de autoavaliação participativa na rede municipal, com uso do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, visou incentivar os seguintes aspectos:

- fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade educacional;
- diálogo entre educadores e familiares das crianças atendidas;
- práticas de gestão democrática na unidade;
- colaboração entre as equipes de DRE e das unidades;
- aperfeiçoamento do projeto pedagógico da unidade;
- melhoria da qualidade da educação infantil municipal.
- coleta de subsídios para elaboração dos Indicadores da qualidade na Educação Infantil Paulistana.

O projeto não visou nem previu a comparação de resultados entre unidades e/ou a divulgação de resultados discutidos no âmbito das autoavaliações realizadas nas unidades para outros públicos. Obtidos por meio de procedimentos qualitativos e negociados entre os vários segmentos que participam do processo, esses resultados adquirem sentido apenas para aquele contexto e aquele momento; a mesma equipe, em momentos diferentes, pode chegar a resultados diversos; unidades com diferentes tipos de desafios podem obter resultados com distintos significados, os quais não podem ser utilizados sem consideração daqueles contextos específicos.

É importante ressaltar que no final de 2014, com a aprovação da Portaria nº 6.570/2014, a realização da autoavaliação, antes opcional, foi incorporada ao calendário escolar para todas as unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo, sejam elas diretas ou conveniadas. Cada unidade deveria optar por um dia, entre 4 e 16 de maio, para a realização da autoavaliação, e de um dia, entre 1 e 12 de junho para a construção do Plano de Ação, com suspensão de atendimento às crianças nas datas escolhidas.

O quadro abaixo explicita as principais ações realizadas no período de setembro de 2013 a junho de 2015.

**Quadro 1:** Principais momentos e atividades: set/2013 a dez/2015

<b>Momento</b>	<b>Atividades</b>	<b>Período</b>
I	I Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na EI	Set a nov/2013
II	Formação nas DREs	Out a nov/2013
	Realização da autoavaliação nas UEs	Desde dez 2013
III	Reunião com supervisores e representantes DREs	Fev/2014
	Reuniões regionais com UEs que aplicaram o Indique-EI	Mar/abr/2014
	Reunião setorial SME	
IV	II Seminário Regional com especialistas nacionais	Jul a set/2014
V	Composição GT para escrita documento SP	Desde março/2015
VI	III Seminário Regional*	abril/2015
VII	Autoavaliação institucional participativa em toda a rede com a utilização dos “Indicadores da Qualidade da Educação Infantil Paulistana”	04 a 16/05/2015
	Discussão e elaboração do Plano de Ação com a participação de toda equipe da UE e representantes das famílias	1 a 12/06/2015
VIII	Revisão do documento pelo GT	Até dez/2015

A seguir, explicita-se o conteúdo das ações desenvolvidas em cada momento.

**Momento I:** Seminários regionais sobre Qualidade e Avaliação na Educação Infantil- Set a nov/2013

O I Momento, realizado no período de setembro a novembro de 2013, foi composto por 7 Seminários Regionais sobre Qualidade e Avaliação na/da Educação Infantil e contou com a participação de supervisores escolares, diretores, coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas, além de representantes das 13 Diretorias Regionais de Educação/DRE de São Paulo. O quadro 1 abaixo permite a visualização da sequência das reuniões e os agrupamentos realizados entre as 13 DREs.

**Quadro 2:** Programação do I Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na Educação Infantil

I Seminário Regional	DREs participantes	Data	Local
Reunião 1	Butantã/Pirituba	24/09/2013	CEU V. Atlântica
Reunião 2	Campo Limpo/ Capela do Socorro	26/09/2013	CEU Campo Limpo
Reunião 3	Freguesia do Ó- Brasilândia/ Jaçanã-Tremembé	01/10/2013	Colégio Passionista São Paulo da Cruz
Reunião 4	Itaquera/Penha	22/10/2013	CEU Aricanduva
Reunião 5	São Mateus/ Guaianases	31/10/2013	CEU Jambeiro
Reunião 6	Santo Amaro/ Ipiranga	07/11/2013	Teatro João Caetano
Reunião 7	São Miguel Paulista	12/11/2013	CEU Vila Curuçá

Este primeiro seminário teve como objetivo apresentar a proposta de uma política de educação infantil para cidade de São Paulo discorrendo sobre o papel da avaliação na melhoria da qualidade da educação infantil. Para tal, a coordenadora de DOT-EI, Sonia Larrubia Valverde, apresentou *Proposta de uma Política Pública de educação infantil para a cidade de São Paulo: 2013/2016*, onde abordou as concepções de criança, de infância, de educação infantil e da pedagogia da infância que fundamentam as propostas de currículo, formação e avaliação na/da educação infantil do município; e a assessora de DOT-EI, Maria Malta Campos, apresentou *Questões sobre a qualidade na educação infantil (anexo A)*, discutindo a evolução distinta das concepções sobre qualidade e avaliação nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental e resumindo as principais propostas de avaliação em discussão hoje no país, seguida de um

vídeo<sup>2</sup> de autoria de Bruna Ribeiro, que descreve a aplicação da autoavaliação em quatro CEIs conveniados com a PMSP, com apoio do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

Ao final das apresentações realizadas nesses encontros, sugeriu-se às equipes das unidades a utilização do documento publicado pelo MEC em 2009 e já em uso em diversas redes do país, *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, que propõe a realização de uma experiência de autoavaliação institucional participativa nas unidades, envolvendo gestores, professores, funcionários e familiares das crianças. Essa proposta, que ganhou um melhor contorno a partir de um primeiro encontro realizado com os supervisores da rede, que precedeu os seminários regionais, teve um caráter opcional, ou seja, foi uma oportunidade oferecida àquelas unidades que, voluntariamente, decidissem participar do projeto. As equipes de cada DRE fixaram prazos para que as unidades que desejassem se inscrevessem e, para estas, foi oferecida uma formação descentralizada, realizada com a assessoria de Bruna Ribeiro e descrita no próximo item.

O I Momento contou com aproximadamente 1.048 participantes, sendo 348 representantes de EMEI, 238 de CEI indireto e 492 de CEIs conveniados, ou seja, o equivalente a 50% da rede paulistana. O quadro 2 abaixo apresenta o total de participantes por polo e revela que as participações foram bem distintas nas diferentes regionais; um fator que pode ter incidido sobre essa variação foi a época de realização da reunião.

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ak1TkrPfJE>

**Quadro 3:** Número de participantes do I Seminário Regional por polo

I Seminário Regional	DREs participantes	Nº de UEs por polo	Nº de participantes por polo	Total geral de participantes
Reunião 1	Butantã	99	54	124
	Pirituba	186	70	
Reunião 2	Campo Limpo	190	38	92
	Capela do Socorro	136	54	
Reunião 3	Freguesia do Ó-Brasilândia	182	83	158
	Jaçanã-Tremembé	124	75	
Reunião 4	Itaquera	184	123	223
	Penha	160	100	
Reunião 5	São Mateus	139	61	186
	Guaianases	252	125	
Reunião 6	Santo Amaro	113	28	94
	Ipiranga	187	66	
Reunião 7	São Miguel Paulista	188	171	171
<b>Total</b>		2.140	1048	1048

Fonte: Fichas preenchidas pelas 13 DREs (12/2013).

### **Momento II:** Formação nas DREs – Out a Nov/2013

O II Momento, realizado no período de outubro a novembro de 2013, também contou com a realização de 7 encontros regionais visando apoiar com subsídios teórico práticos as unidades diretas, indiretas e conveniadas que optaram pela realização da autoavaliação proposta no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. O quadro 3 abaixo evidencia a organização dos agrupamentos das DREs no II momento:

**Quadro 4:** Programação do II momento: formação de representantes de unidades

<b>II Momento</b>	<b>DREs Participantes</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Reunião 1	FO/JT	21/10/2013	DRE FÓ
Reunião 2	BT/PJ	01/11/2013	CEU Butantã
Reunião 3	IQ/PE	04/11/2013	CEU Vila Curuçá
Reunião 4	SM/GUA	06/11/2013	CEU São Mateus
Reunião 5	CL/CS	11/11/2013	UNIÍTALO
Reunião 6	SA/IP	21/11/2013	Teatro João Caetano
Reunião 7	MP	22/11/2013	DRE MP

Nestes encontros, a assessora de DOT-EI Bruna Ribeiro realizou uma formação para diretores, coordenadores pedagógicos e representantes das 13 DREs, apresentando um panorama sobre as propostas e concepções de avaliação para a primeira etapa da educação básica em destaque no cenário nacional, seguida de uma discussão mais focalizada no documento Indique-EI onde discorreu sobre o objetivo, elaboração e concepções de avaliação, criança e educação infantil subjacentes a ele; apresentou, ainda, a metodologia de utilização do documento, fornecendo orientações para a organização dos encontros de autoavaliação nas unidades educacionais da rede (anexo B). Os participantes realizaram uma vivência da autoavaliação participativa proposta no documento do MEC. Os encontros contaram com um total de 418 participantes, conforme descrito no quadro 4 a seguir:

**Quadro 5:** Número total de participantes no II Momento: Formação nas DREs

I Seminário Regional	DREs participantes	Nº de participantes II Momento	Total geral de participantes por reunião
Reunião 1	Butantã	31	59
	Pirituba	28	
Reunião 2	Campo Limpo	26	37
	Capela do Socorro	11	
Reunião 3	Freguesia do Ó-Brasilândia	16	37
	Jaçanã-Tremembé	21	
Reunião 4	Itaquera	22	55
	Penha	33	
Reunião 5	São Mateus	67	155
	Guaianases	88	
Reunião 6	Santo Amaro	35	59
	Ipiranga	24	
Reunião 7	São Miguel Paulista	18	18
<b>Total</b>		420	420

**Momento III:** Reunião com supervisores pedagógicos e representantes DOT-P das DREs- Fev/2014

Em meio ao processo de realização da autoavaliação nas unidades educacionais, iniciado desde dezembro de 2013, foi se configurando cada vez com maior nitidez o papel fundamental das equipes das DREs, em especial dos supervisores pedagógicos e equipe do DOT-P das diretorias, na sensibilização, acompanhamento e apoio às unidades durante o processo de autoavaliação participativa.

Nesse sentido, visando apoiar e fornecer subsídios, além de alinhar e fortalecer o processo em andamento, foi realizado, no final de fevereiro de 2014, uma reunião destinada exclusivamente a este público onde se discutiu e problematizou alguns aspectos e desafios da participação e construção compartilhada da qualidade.

A reunião tinha 4 objetivos principais: (i) apresentar as etapas já realizadas no ano 2013, (ii) propiciar que os participantes conhecessem outras experiências brasileiras que utilizam a avaliação institucional participativa, (iii) realizar um balanço e troca de experiências entre as DREs e, em especial, (iiii) pactuar os próximos passos (ver pauta da reunião em anexo C).

A assessora Maria Malta Campos apresentou os antecedentes e contexto das propostas de avaliação institucional participativa de educação no país, tanto na educação infantil como nas demais etapas da Educação Básica, enfocando alguns resultados de pesquisa com uso do Indique, como as pesquisas levadas a cabo por Vanda M. Ribeiro e Joana B. B. Gusmão (2010) e pesquisas com o uso dos Indique-EI como as realizadas por Bruna Ribeiro (2010, 2013). Encerrou apresentando alguns dados do processo em andamento na rede, onde os representantes de cada diretoria regional de educação puderam acompanhar os números de adesão e participação de acordo com seu polo (ver anexo D).

Após o debate inicial, foi feita a leitura do relato de experiência da professora de uma EMEI que realizou a autoavaliação com a participação dos familiares. O relato da professora Michele A. Schulle, transcrito a seguir, revela os desafios e potenciais do processo de utilização do Indique-EI.

## **Indique EI:**

### **Percepções de uma professora sobre a primeira experiência na**

#### **EMEI Prof<sup>a</sup> Alaíde Bueno Rodrigues.**

A preparação para o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil foi iniciada com a exposição de cartazes, confecção e envio de 400 convites às famílias e uma conversa com os professores em JEIF (horário de trabalho coletivo e estudo).

A coordenadora pedagógica apresentou o documento na íntegra para quem quisesse folhear, conhecer ou aprofundar a leitura, explicitando os objetivos do documento e da experiência que iria acontecer na Unidade envolvendo toda a comunidade. Foi enfatizada a expectativa de saber o que os pais pensam sobre a EMEI Alaíde, o que eles conhecem e desconhecem sobre a vida dos filhos na Escola. Esse tema gerou discussões entre os docentes, pois alguns professores alegaram que a participação da família não iria satisfazer a expectativa colocada pela coordenação, afirmando que os pais não demonstram interesse pela vida escolar das crianças.

Chegada a data marcada, os materiais, cartões e cartazes prontos, foi percebido certo desconforto e algum burburinhos por conta da forma como a reunião foi planejada: os professores conheceram na hora do encontro qual seria “sua dimensão” e se sentiram insatisfeitos com isso. Foi necessário intervir e explicar que os grupos foram divididos e não divulgados para evitar a formulação prévia de respostas, uma vez que as questões deveriam ser discutidas entre toda a comunidade participante, dando voz democrática e igualitária aos atores de cada grupo.

A “Reunião pedagógica com participação dos pais”, conforme dizeres do convite foi iniciada com a Unidade lotada. Após orientações gerais, pais, professores, ATEs, funcionários terceirizados... Todos seguiram para as salas de acordo com a divisão que ocorreu no momento, lá receberam as cópias de acordo com a dimensão a ser discutida.

Acompanhei o grupo dois, cuja Dimensão propunha a discussão da “multiplicidade de experiências e linguagens”. Conforme cada indicador era lido em voz alta, questões vinham à tona... pais se davam conta do quão pouco sabem da vida escolar do filho, e eu enquanto professora, refletia e também me dava conta do quanto estamos fechados a esta participação ativa da família. Se eles não sabem, pode ser porque não foram convidados a saber... E ali estava uma grande oportunidade de estreitar essas relações. A participação foi ativa, ninguém sentia vergonha de dizer o que pensava ou de perguntar sobre o que não estava claro. No fervor das discussões, quase perdemos a hora da plenária!

Após todos os grupos presentes no pátio da Unidade, a plenária foi iniciada. Foi bonito ver mãe liderando grupo, argumentando e tomando a frente de explicações sobre a cor atribuída aos indicadores. Assim como o respeito às opiniões de forma tão democrática, o peso igualitário de cada voto colocando igual importância a cada participante. Se um cartão era erguido com cor oposta à sugerida pelo grupo, todos demonstravam interesse em saber as razões pelo qual aquela pessoa tinha outra opinião, e essa opinião se fazia importante e resignificava tudo.

São Paulo, 10 de dezembro de 2013

***Professora Michele Adriana Schulle***

Após a apresentação e distribuição de documento (ver anexo E) que sintetiza as principais ações realizadas durante o ano de 2013/2014, deu-se início ao planejamento dos próximos passos. Para tal, foi exposta a pauta do III momento e a primeira versão de 6 documentos elaborados pelas assessoras com o objetivo de apoiar o registro da experiência, bem como possibilitar a coleta de dados que subsidiem o processo de construção dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana e facilitar o encaminhamento das demandas oriundas das unidades educacionais.

Os 6 documentos elaborados, discutidos e complementados no encontro foram:

- Matriz de avaliação
- Questionário para representantes das unidades participantes da autoavaliação (anexo J).
- Questionário para representantes das DREs (anexo K)
- Quadro síntese de demandas (anexo H)
- Proposta de relato de experiência (anexo G)
- Questões norteadoras para o debate com as UEs (anexo F).

A matriz de avaliação foi adaptada e inspirada nas pesquisas de Ribeiro e Gusmão (2010) e, a partir dela, foi elaborado o questionário destinado aos representantes das unidades participantes da autoavaliação e o questionário para representantes das DREs. Os questionários tinham por objetivo captar indicadores referentes a dois momentos distintos:

- Processo de disseminação
- Realização da autoavaliação.

Os indicadores referentes ao processo de disseminação abordavam aspectos relacionados ao perfil das unidades educacionais e à qualidade do processo de divulgação. Já os indicadores relacionados à aplicação focavam nos potenciais e limites do instrumento, na pertinência da proposta metodológica, na adequação dos indicadores e perguntas propostas, na qualidade do processo de avaliação e na pertinência conceitual.

O quadro abaixo apresenta a síntese da matriz de avaliação com os seus principais indicadores e descritores e que, posteriormente, deram origem as questões do questionário.

**MATRIZ DE AVALIAÇÃO:**  
Subsídios para construção dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil  
Paulistana

Processos	Indicadores	Descritores	Fase relacionada	
<b>Disseminação</b>	Perfil das UEs	Modalidade das UEs	Seminário I: Momentos I e II	
	Qualidade do processo de disseminação	Interesse inicial pela proposta		Coincidência entre atores que participaram das orientações/formações e atores envolvidos na implementação da autoavaliação
		Conhecimento do documento		
		Formação/orientação		
		Envolvimento das Unidades Escolares		
	Qualidade do processo de mobilização da comunidade escolar	Segmentos da UE que participaram	Mecanismos de apresentação da autoavaliação na UE	
		Mecanismos de apresentação da autoavaliação na UE		
		Alcance do uso		Número de UE envolvidas por modalidade e regional
<b>Autoavaliação</b>	Potenciais e limites	Opinião sobre os Indicadores à luz da realidade vivenciada nas UEs paulistanas	Aplicação e III momento	
	Pertinência da metodologia proposta	Opinião sobre o nível de operacionalidade da metodologia proposta		
	Adequação dos indicadores e perguntas propostas	Opinião sobre a clareza dos indicadores e perguntas propostas		
		Opinião sobre a adequação dos indicadores e perguntas propostas para avaliar a qualidade na educação infantil		
	Qualidade do processo de avaliação	Nível de participação dos representantes de todos os segmentos nos grupos de trabalho		
	Pertinência conceitual	Correspondência às expectativas iniciais		
		Opinião sobre a capacidade de o Indique avaliar a qualidade da educação		

- Quadro adaptado do trabalho desenvolvido por RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. B. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p. 823-847. Set/dez. 2010.

Cabe ressaltar, ainda, que os dois questionários oriundos da matriz ainda foram alvos de pré testes realizados com uma diretora da DRE do Campo Limpo, uma coordenadora Pedagógica da DRE de Ipiranga e uma supervisora escolar da DRE do Butantã. As observações advindas da sua experiência foram incorporadas ao documento distribuído às unidades educacionais.

Nesta reunião também ficou acordado que as unidades participantes do III momento, ou seja, as unidades que haviam realizado a autoavaliação seriam convidadas através de documento (ver anexo G) enviado via email a escreverem um breve relato contando sobre a experiência de utilização do Indique-El em sua unidade. No relato que deveria ser entregue na reunião do III momento destinada à socialização das experiências não precisava constar o nome da UE apenas a identificação da regional. O documento enviado previamente sugeria que as unidades contassem de forma sucinta detalhes sobre a organização prévia do evento, os desafios e os potenciais identificados no processo e na autoavaliação em si e o que mais tenham julgarem ser relevante na experiência.

O grupo participante da reunião também validou e fez sugestões relativas ao quadro síntese (anexo H) e às questões norteadoras (anexo F) que seriam debatidas em pequenos grupos no III momento.

### **Momento III: Reuniões regionais após utilização do Indique-EI -Mar a abril/2014**

O III momento foi composto por 8 reuniões regionais que tinham como objetivos principais:

- Troca de experiências e sugestões para a continuidade do processo;
- Seleção dos problemas identificados na autoavaliação cujos encaminhamentos não estão no âmbito escolar, demandando apoio de órgãos específicos para sua solução;
- Sugestões para a adaptação do documento de forma a produzir os Indicadores da qualidade na educação infantil paulistana.

Participaram desses encontros representantes de DREs e de unidades que já haviam realizado a experiência e também alguns gestores de unidades que planejavam realizar a autoavaliação em 2014. Havia previsto realizar a autoavaliação em 2013, 161 unidades e planejaram realizar a autoavaliação em 2014 um total de 280 unidades. Para dar apoio a essas unidades, foram sugeridas ações descentralizadas de iniciativa das equipes das respectivas DREs.

Os encontros seguiram a lógica do agrupamento de dois polos, já utilizado nos momentos anteriores, com exceção da DRE de Guaianases que, devido ao número elevado de adesão, contou com duas reuniões para garantir uma escuta mais qualificada das experiências. O quadro abaixo ilustra a organização dos grupos para as reuniões regionais do III momento.

**Quadro 6:** Programação das reuniões regionais- março/abril/2014

<b>DREs</b>	<b>Data</b>
Itaquera/São Mateus	13/03
Campo Limpo/ Capela do Socorro	21/03
Freguesia do Ó/ Brasilândia/ Pirituba/Jaçanã	25/03
Guainases 1	27/03
Guianases 2	08/04
Ipiranga/ Santo Amaro	23/04
São Miguel/ Penha	24/04
Butantã	29/04

A dinâmica do encontro transcorreu de forma a propiciar que, primeiramente, os grupos pudessem trocar entre si as experiências vivenciadas, através das perguntas norteadoras descritas abaixo, para, em seguida, apresentarem em plenária uma síntese da discussão do grupo. As reuniões foram registradas através de diário de campo das assessoras e de gravação em vídeo.

#### **Perguntas norteadoras para debate em pequenos grupos**

Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação ocorrido em sua UE?

E quais os potenciais identificados?

Como os diferentes segmentos reagiram diante da proposta de realização de uma autoavaliação participativa e negociada?

Como a metodologia do uso das cores foi assimilada e recebida pelo grupo de sua UE?

As perguntas foram facilmente compreendidas?

Como as diferenças de opiniões eram resolvidas e encaminhadas nos pequenos grupos e plenárias?

Posteriormente os grupos foram convidados a apresentarem as demandas, preenchidas previamente em quadro síntese (anexo H), e que extrapolam a gestão da unidade, ou seja, demandas relacionadas à entidade mantenedora, no caso das creches conveniadas, às DREs, ao DOT-EI, a outros setores da SME e demais instâncias e setores como Saúde, Conselhos Tutelares, entre outros.

Esses dados foram, depois, sistematizados e organizados em documento que foi entregue ao então Secretário de Educação do município, Sr. César Callegari, em reunião que contou com a diretora do DOT-EI, das assessoras do DOT-EI e da assessora do MEC. Um dos encaminhamentos gerados por ocasião da reunião foi a abertura para realização de uma reunião, até então inédita no âmbito da Secretaria de Educação, onde representantes dos diversos setores da SME estariam presentes e seriam apresentadas as demandas levantadas pelas UEs o que poderia servir para nortear o planejamento dos setores.

O encontro finalizou com o convite para o preenchimento dos questionários e entrega dos relatos de experiência. No total foram coletados 141 questionários, sendo 129 de representantes de unidades e 12 representantes de DREs e 85 relatos.

**Quadro 7:** Número de questionários - reuniões regionais III momento

DREs	Nº de Questionários
Itaquera/São Mateus	13
Campo Limpo/Capela do Socorro	21
Freguesia do Ó/ Brasilândia/Pirituba/Jaçanã	30
Guainases 1	17
Guianases 2	17
Ipiranga/ Santo Amaro	20
São Miguel/ Penha	18
Butantã	5
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>

**Quadro 8:** Número de relatos de Autoavaliação por DRE

DREs	Número de Relatos	CEI direto	EMEI	CEMEI	Creche Particular Conveniada	indet
Guaianases	23	6	2	-	14	Cei são Jorge* + 1 indet.
Butantã	7	3	4	-	-	
Pirituba/Jaraguá	12	3	7	-	2	1 indet
Jaçanã/ Tremembé	9	2	3	-	4	
Freguesia do Ó/Brasilândia	1	1	-	-	-	-
Ipiranga	16	11	4*	-	1	
Campo Limpo	2	-	2	-	-	
Capela do Socorro	2	1	-	-	1	
Itaquera	2	1	1	-	-	
Penha	4	2	2	-	-	*indet
Santo Amaro	-	-	-	-	-	
São Matheus	-	-	-	-	-	-
São Miguel	5	4	1	-	-	
<b>Total</b>	<b>85</b>			-	<b>18</b>	

**Momento IV:** II Seminário regional – Julho a setembro/2014

Reunião com especialistas convidados: II seminário regional e exposição de pôsteres

No IV Momento foi realizado o II Seminário Regional: Qualidade e Avaliação na Educação Infantil, abrangendo equipes das 13 DREs da capital e diretores e coordenadores pedagógicos de CEIs e EMEIs, tanto de unidades diretas, como de indiretas e conveniadas, incluindo aquelas unidades que ainda não haviam participado do projeto.

Os principais objetivos do II Seminário foram a divulgação e a discussão dos resultados das experiências vividas pelas unidades participantes. Foram também organizadas seções de pôsteres, com o registro da realização da autoavaliação participativa nas unidades participantes em cada DRE. Posteriormente, esses pôsteres foram exibidos na sede da Secretaria Municipal de Educação. As mesas apresentaram os relatos de experiências realizadas por duas unidades educacionais (indicadas previamente pela DRE), os quais foram comentados por especialistas convidados com apoio do MEC. Ver quadro abaixo:

**Quadro 9:** Especialistas convidados- II Seminário regional- jul-set/2014

DREs	Convidados	Data
Santo Amaro/ Ipiranga	Dra. Vania Carvalho de Araújo – UFES	29 de julho
São Miguel	Dra. Vanda Ribeiro – Cenpec	5 de agosto
Jaçanã	Dra. Catarina Moro – UFPR	7 de agosto
São Mateus/Guianazes	Dra. Ana Paula Soares da Silva- USP-RP	14 de agosto
Pirituba/Butantã	Dra. Silvia Cruz –UFCE	19 de agosto
Campo Limpo/ Capela do Socorro	Dra. Maria Thereza Marcilio- RNPI e Avante (Bahia)	21 de agosto
Penha/Itaquera	Dra. Sandra Zákia – FEUSP	4 de setembro

**Momento V:** Composição Grupo de trabalho/GT para escrita dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana

Após a realização do II Seminário Regional, um Grupo de Trabalho foi constituído com pelo menos um representante de cada DRE e representantes

de unidades diretas e convenidas da rede municipal, totalizando 31 pessoas. O GT tem por objetivo elaborar, a partir dos subsídios coletados nas etapas anteriores, a versão municipal dos Indicadores da qualidade na educação infantil. Este trabalho encontra-se em andamento, no momento de elaboração deste relatório técnico.

#### **Momento VI: Realização do III Seminário Regional**

Neste conjunto de seminários descentralizados, as profissionais que compõem o GT apresentaram para a rede a primeira versão do documento paulistano.

#### **Momento VII: Realização da autoavaliação institucional participativa**

No período de 04 a 19 de maio de 2015, todas as unidades realizaram a autoavaliação com a utilização dos *“Indicadores da Qualidade da Educação Infantil Paulistana”* e no período de 1 a 12 de junho do mesmo ano realizaram o Plano de Ação.

#### **Momento VIII: Revisão do documento**

A partir da análise dos dados coletados durante a realização da autoavaliação em toda a rede municipal de educação infantil de São Paulo, o grupo de trabalho efetuou a revisão e reescrita do documento.

# Documentação, registro e análise do processo



***[Deveríamos] criar momentos tão sérios como estes  
que vem acontecendo na cidade de São Paulo por  
todo Brasil***

*(Relato equipe técnica – DRE Guaianases)*

## 4. Documentação e registro das atividades

Nesta parte do relatório, são analisados os dados sobre a autoavaliação realizada pelas unidades que participaram voluntariamente da autoavaliação realizada nos anos de 2013 a 2014. Esse processo foi documentado por meio de: gravações em vídeo dos seminários do Momento I, apresentações em *Power Point* realizadas nesses encontros e em reunião realizada com supervisores da rede, anotações das assessoras sobre os debates desenvolvidos em cada momento, fotos, coleta de registros repassados por algumas unidades (DVDs, registros escritos, fotos), breves relatos realizados por escrito pelas unidades participantes, questionários respondidos por representantes das unidades durante os encontros do Momento III e fichas com demandas a instâncias externas preenchidas pelas equipes participantes.

Os dados resumidos abaixo mostram o número de unidades de educação infantil da rede municipal que participaram e/ou estavam previstas para participar do processo de aplicação da autoavaliação nos anos de 2013 e 2014.

**Tabela 1:** Participação na autoavaliação, por tipo de unidade de Educação Infantil - PMSP

	N	Momento 1 Seminário inicial	Momento 2 Treinamento nas DREs	Aplicaram 2013	Previsto 2014	Total previsto	% n
EMEI	528	348	155	57	96	153	28,9
CEI DIRETO	359	238	177	44	74	118	32,9
CEI CONV.	1253	492	146	60	110	170	13,6
TOTAL	2140	1078	418	161	280	441	20,6

Fonte: Fichas das 13 DREs (7/2/2014)

Uma diferença entre os três tipos de unidades, que pode ser constatada na Tabela 1, refere-se à relativamente menor porcentagem de participação das unidades conveniadas, em comparação com as diretas: enquanto perto de 30% das EMEIs e dos CEIs diretos participaram, apenas 13% dos CEIs conveniados o fizeram. Esse dado merece ser investigado, pois em um primeiro momento, 40%

das unidades conveniadas enviaram representantes aos seminários onde foi apresentada a proposta de autoavaliação; nesse primeiro momento, 66% das unidades diretas participaram, ou seja, a perda entre um momento e outro foi proporcionalmente maior no caso das conveniadas.

A participação das unidades nos diferentes momentos foi bastante desigual nas 13 DREs. Como se pode observar na tabela 2, enquanto mais da metade das unidades de Guaianazes tomou parte da experiência (e/ou manifestou a intenção de realizar a autoavaliação em 2014), em duas outras DREs a porcentagem de unidades participantes ficou abaixo de 5%. Alguns fatores podem ter contribuído para essas diferenças: a época do ano em que foi realizada a reunião do primeiro momento naquela região, a forma de comunicação adotada pela DRE para convocar as unidades, entre outros motivos importantes de serem analisados, tendo em vista futuras aplicações da autoavaliação na rede municipal.

**Tabela 2:** Unidades participantes por DRE (2013, com previsão para 2014)

	BT	CL	CS	FB	G	IP	IQ	JT	MP	PE	PJ	SA	SM	Totais
n	99	190	136	182	252	187	184	124	188	160	186	113	139	2140
2013	26	15	5	6	40	0	6	7	6	13	28	0	9	161
2014*	12	17	4	0	105	32	12	12	0	19	0	35	32	280
Totais	38	32	9	6	145	32	18	19	6	32	28	35	41	441
% n	38,4	16,8	6,6	3,3	57,5	17,1	9,8	15,3	3,2	20,0	15,1	30,9	29,5	20,6

Fonte: DOT-EI, 2013<sup>3</sup>

No ano de 2013, estava prevista a aplicação da autoavaliação em 161 unidades. Para documentar essas experiências, foram previstas diversas estratégias, entre as quais a aplicação de um questionário ao final das reuniões descentralizadas de relatos das unidades (III momento). Nessa ocasião, em oito reuniões realizadas durante o primeiro semestre de 2014, foram recolhidos 141 questionários, sendo que 129 foram preenchidos por representantes de unidades (um por unidade representada) e 12 questionários foram preenchidos por representantes de DREs presentes nos mesmos encontros.

<sup>3</sup> A previsão para 2014, informada pelas DREs, não foi conferida por DOT-EI em 2014.

A seguir, são descritos os procedimentos utilizados para a organização e análise desse material.

#### **4.1. Metodologia de análise dos questionários**

Os questionários foram aplicados ao final das reuniões que caracterizaram o terceiro momento do projeto, onde ocorreram reuniões em pequenos grupos, seguidos de uma plenária, onde os relatores dos pequenos grupos resumiram os principais aspectos dos relatos de experiência realizados em seus grupos. Durante a plenária, esses pontos foram objeto de novos debates, com a participação das assessoras e da equipe de DOT-EI.

Os dados recolhidos por meio dos questionários foram processados e analisados no Departamento de Pesquisas Educacionais - DPE da Fundação Carlos Chagas - FCC, sob coordenação da assessora de DOT-EI e pesquisadora da FCC, Maria Malta Campos. Participam desse trabalho a assessora de DOT-EI Bruna Ribeiro e a aluna do Programa de Mestrado Educação – Currículo da PUC de São Paulo, Aline Dias Nascimento. A estatística da FCC responsável, Miriam Bizzocchi, que contou com o auxílio de uma digitadora remunerada de forma colaborativa pelo DPE da FCC

Obtidas as cópias xerox dos questionários, estes foram numerados de acordo com os seguintes critérios: o primeiro dígito refere-se à reunião descentralizada na qual aquele grupo de questionários foi recolhido; os 3 dígitos seguintes seguiram uma ordem crescente do 1º grupo até o 8º grupo de questionários recolhidos nos oito encontros realizados. As cópias originais preenchidas permaneceram arquivadas na SME. Os questionários respondidos por representantes de DREs foram numerados da mesma forma, em sequência aos demais.

**Tabela 3:** Número e porcentagem de questionários preenchidos por representantes de unidades e supervisores nas reuniões do III Momento

Reuniões por DREs	N. Quest. Represent. unidades	%	N. Quest. Represent. DREs	Totais Quest.	%
Itaquera/S. Mateus	11	8,5	2	13	9,2
C. Limpo/C. Socorro	19	14,7	2	21	14,9
Freg. Ó/Pirituba/Jaçanã	30	23,3	-	30	21,3
Guaianazes 1	17	13,2	-	17	12,0
Guaianazes 2	13	10,1	4	17	12,0
Ipiranga/Santo Amaro	19	14,7	1	20	14,2
S. Miguel/Penha	16	12,4	2	18	12,8
Butantã	4	3,1	1	5	3,5
<b>TOTAIS</b>	129	100%	12	141	100%

A seguir, a tabela 4 apresenta a distribuição dos questionários por DREs da rede municipal. Mais uma vez, destacam-se as diferenças entre o número de questionários de representantes das 13 diretorias, oscilando entre os extremos de 30 e 4 questionários de representantes de unidades de Guaianazes e Butantã. Note-se que a reunião do III Momento no Butantã coincidiu com a eclosão de uma greve de professores da rede, o que pode ter dificultado a participação de muitos profissionais. Em quatro outras diretorias não se obteve nenhum questionário respondido por seus representantes.

**Tabela 4:** Distribuição por DREs de questionários preenchidos por representantes de unidades e representantes de DREs

DREs	Representantes de unidades	Representantes de unidades	Representantes de DREs
	N	%	N
Butantã	4	3,1	1
Campo Limpo	13	10,1	1
Capela do Socorro	6	4,7	1
Freguesia do Ó - Brasilândia	5	3,9	-
Guaianazes	30	23,3	4
Ipiranga	14	10,9	-
Itaquera	5	3,9	1
Jaçanã - Tremembé	9	7,0	-
Penha	9	7,0	1
Pirituba	15	11,6	-
Santo Amaro	5	3,9	1
São Mateus	6	4,7	1
São Miguel	8	6,2	1
TOTAL	129	100 %	12

Os procedimentos descritos abaixo referem-se aos 129 questionários respondidos por representantes de unidades (anexo J).

Após a numeração, as respostas pré-codificadas foram digitadas e conferidas em uma planilha formatada do programa Excel. As primeiras distribuições de respostas foram analisadas. A partir delas, novas distribuições de frequência foram obtidas considerando o tipo de unidade: EMEI, CEI direto e CEI indireto ou conveniado.

Quanto às respostas abertas, utilizou-se os seguintes procedimentos para sua análise: 1) as respostas foram digitadas em uma planilha Excel; 2) foi sorteada uma amostra de 26 questionários para elaboração de uma versão preliminar de categorias de classificação; após substituição de alguns deles (continham muitas perguntas sem resposta ou com respostas insuficientes; por exemplo, a/o respondente declarava que não esteve presente durante a aplicação em sua unidade e por esse motivo não podia responder às questões), todas as respostas foram lidas pelas pesquisadoras; 3) cada pesquisadora elaborou categorias preliminares para classificação das respostas para um grupo

de questões; 4) a primeira versão das categorias propostas foi discutida em grupo e modificada; 5) cada pesquisadora responsabilizou-se por classificar as respostas abertas de um grupo de questões, sendo que nesse processo novas categorias tiveram de ser criadas e outras modificadas; 6) essa classificação foi discutida em grupo, revista e examinada pela estatística; 7) uma nova revisão das categorias foi realizada em grupo, visando sua redução para fins de tabulação; 8) foi realizado o processamento das respostas por categorias.

Em diversas perguntas previa-se a categoria “outros”, em que o respondente poderia preencher por escrito alguma resposta não incluída nas alternativas propostas no questionário. Essas respostas foram analisadas e classificadas diretamente a partir dos questionários para serem computadas na análise.

#### **4.2. Análise das respostas ao questionário para representantes de unidades**

As 129 unidades representadas nos questionários representam os quatro tipos que compõem a rede municipal de educação infantil: EMEIs, que recebem crianças de 4 e 5 anos de idade; CEIs diretos e conveniados, que atendem a faixa etária entre 0 e 3 anos e 11 meses e um CEMEI, que recebe crianças entre 0 e 5 anos (tabela 5)

**Tabela 5:** Distribuição dos questionários por tipo de unidade

	<b>N</b>	<b>%</b>
EMEI	40	31,0
CEI direto	53	41,1
CEI conveniado	35	27,1
CEMEI	1	0,8

Uma primeira constatação a partir das respostas obtidas é que, embora essa etapa da experiência tenha sido prevista para as unidades que realizaram a autoavaliação em 2013, na realidade uma parcela dos respondentes declarou

que esta havia sido realizada já no ano de 2014. O total de respostas nessa questão é menor do que o total de questionários recolhidos (129), não incluindo aqueles sem resposta à questão. Na classificação por tipo de unidade, o único CEMEI foi incluído na categoria EMEI.

**Tabela 6:** Ano em que realizou a autoavaliação por tipo de unidade

Tipo de unidade	EMEI	%	CEI direto	%	CEI conveniado	%	Total	%
2013	36	88	39	81	25	74	100	81
2014	5	12	9	19	9	26	23	19
Total	41	100%	48	100%	34	100%	123	100%

**Tabela 7:** Participação no I e no II Seminário por tipo de unidade

Tipo de unidade	EMEI	%	CEI direto	%	CEI conveniado	%	Total	%
I Seminário - participou	38	93	44	88	31	89	113	90
Não participou	3	7	6	12	4	11	13	10
II Seminário - participou	38	95	47	90	29	83	114	90
Não participou	2	5	5	10	6	17	13	10

Nem todas as unidades presentes no III momento participaram nos dois Seminários realizados nos momentos anteriores: 10% delas responderam que não estiveram presentes em cada um deles, sendo que as porcentagens de respostas “não” foram semelhantes para os três tipos de unidades. Essas respostas coincidem com as informações colhidas informalmente durante a realização dos diversos momentos, pois se constatava, muitas vezes pelo teor das perguntas feitas pelos presentes, que essa participação oscilava de uma reunião para outra, para uma parte das unidades envolvidas.

Como já havia essa preocupação com a oscilação da presença e também com a mudança da pessoa representante da unidade de uma reunião para outra, o questionário incluía uma pergunta sobre se as pessoas que participaram das formações nos momentos I e II foram as mesmas que organizaram e lideraram o processo de autoavaliação nas unidades. A maioria respondeu que sim, mas uma parcela, relativamente mais alta nos CEIs diretos,

disse que não; entretanto, duas respostas concordaram com a alternativa que indicava que o fato de não serem as mesmas interferiu negativamente no processo (tabela 8).

**Tabela 8:** Quem participou das formações foi a mesma pessoa que coordenou a autoavaliação?

Tipo de unidade	EMEI	%	CEI direto	%	CEI conveniado	%	Total	%
Sim	34	85	37	76	29	85	100	81
Não, mas isso não interferiu	5	13	11	22	5	15	21	17
Não, e isso interferiu negativamente	1	3	1	2	-	-	2	2

O documento *Indicadores da qualidade na educação infantil* foi publicado pelo MEC no final do ano de 2009 e exemplares foram enviados a todas as instituições de educação infantil no país. Além disso, o documento encontra-se disponível para consulta e pode ser baixado gratuitamente do portal do MEC. Mesmo assim, a maioria das respostas (76%) indicou que as equipes não conheciam o documento e nunca o haviam aplicado. Os CEIs diretos foram aqueles que responderam, em maior proporção (24%), que já haviam realizado a autoavaliação proposta no documento (tabela 9).

**Tabela 9:** A unidade já havia realizado a autoavaliação proposta no documento? Já o conhecia?

Tipo de unidade	EMEI	%	CEI direto	%	CEI conveniado	%	Total	%
Não e a maioria do grupo não conhecia o documento	29	73	34	67	33	94	96	76
Não, mas a maioria do grupo conhecia o documento	5	13	5	10	1	3	11	9
Sim	6	15	12	24	1	3	19	15

Dentre as 19 unidades que responderam “sim”, duas não especificaram como o documento havia sido usado, e a maioria relatou a utilização do documento em momentos de formação com a equipe da unidade; apenas duas

respostas sugerem que a autoavaliação seguiu a metodologia proposta e duas relatam ter incluído as crianças no processo; uma resposta se sobressai, mostrando que a simples leitura do documento, após sua chegada pelo correio, motivou uma mudança importante na conduta da unidade:

Assim que o documento chegou no CEI pelo correio, lemos e vimos que deveríamos ir trabalhando de forma diferente com relação aos pais.

O questionário indagou sobre a reação inicial da equipe da unidade em relação à proposta de utilização do documento em uma autoavaliação com participação de todos, inclusive dos pais. Mais da metade das respostas (57%) indicou que a equipe achou a proposta interessante, mas julgou que havia pouco tempo para organizá-la; 20% não colocou nenhuma objeção. Apenas seis unidades reportaram uma resistência da equipe e dificuldades para ganhar sua adesão e outras dez decidiram realizar a autoavaliação sem os pais. Dentre as 13 unidades que explicitaram sua resposta na alternativa “outros”, três mencionaram o receio da equipe de que a autoavaliação fosse utilizada com outros propósitos, sendo que uma delas mencionou a desconfiança de que se prestasse a uma avaliação externa.

As perguntas seguintes do questionário dizem respeito a como foi a participação dos diversos segmentos no processo de autoavaliação, desde a discussão da proposta pela equipe da unidade, contemplando a forma adotada para o convite aos pais das crianças e para a preparação da reunião, incluindo questões sobre o grau de participação e compreensão dos itens do documento durante o processo. Também se perguntou sobre eventuais mudanças e adaptações adotadas na realização da experiência, tanto em relação ao conteúdo dos indicadores, quanto em relação à metodologia proposta.

**Tabela 10:** Porcentagem de participantes da autoavaliação por tipo de unidade\*

SEGMENTOS	EMEIs	CEIs diretos	CEIs Conveniados	Totais	Total (129)
	%	%	%	N	%
Diretor	98	81	97	117	91
Coordenador Pedagógico	95	83	97	117	91
Professores	98	89	94	120	93
Agente técnico escolar	85	79	14	82	64
Cozinheiras	54	43	77	72	56
Atendentes gerais	59	43	51	65	50
Familiares	98	85	94	118	91
Pessoas da comunidade	15	15	43	29	22
Supervisores	10	8	6	10	8
Representantes da DRE	7	11	3	10	8
Represent. mantenedora	2	4	23	11	9
Outros	20	13	3	16	12

\*Mais de uma resposta por respondente.

Chama atenção o fato de proporção significativamente mais alta de diretores, coordenadores pedagógicos e até mesmo professores dos CEIs diretos não tenham participado das autoavaliações, em comparação com os outros tipos de unidades. Essas porcentagens correspondem a 10 diretores, nove coordenadores e professores de seis unidades, segundo as respostas indicadas nos questionários. Quanto aos familiares, a participação foi bastante alta, com exceção dos CEIs diretos, onde ela não foi registrada por 15% dos respondentes. A alternativa “pessoas da comunidade” foi proporcionalmente mais registrada por representantes de CEIs conveniados, o que talvez possa indicar uma maior proximidade dessas unidades com moradores do bairro. Nas unidades conveniadas, houve também uma participação mais alta de cozinheiras, talvez devido ao fato dos serviços de alimentação não serem todos terceirizados, como nas unidades diretas; diferenças quanto aos outros tipos de funcionários podem ser explicadas pelo fato do quadro de pessoal variar entre as unidades públicas e conveniadas. A categoria outros inclui uma maioria de respostas que especifica o tipo de funcionário operacional que participou; duas

respostas mencionam a participação de crianças, uma cita “estagiários da USP” e outro questionário registra a presença de pessoa da Secretaria do Verde e de nutricionistas da DRE.

As unidades utilizaram diversas formas de comunicação para convidar os familiares das crianças e as pessoas da comunidade a participarem das autoavaliações. Essa variedade de meios reflete-se na alta proporção de respostas na categoria “outros”, explicitadas a seguir.

**Tabela 11:** Como as famílias e a comunidade foram convidadas a participar?\*

Convites	EMEIs	CEIs diretos	CEIs conveniados	Totais	Totais
	%	%	%	N	%
Reunião	44	43	60	62	48
Carta convite	66	60	57	79	61
Cartazes na UE	51	42	43	58	45
Blog	0	4	0	2	2
Outros meios	27	30	9	30	23

\*Mais de uma resposta por respondente.

As unidades conveniadas utilizaram com maior frequência avisos em reuniões do que as demais e uma porcentagem mais alta das EMEIS registrou o uso de cartazes nas unidades.

A categoria outros foi preenchida por 30 unidades. Dentre essas respostas, sete mencionaram bilhetes, e oito registraram a comunicação direta com os pais nos momentos de entrada e saída das crianças, sendo que uma dessas unidades mencionou a participação de pais do Conselho de Escola nessa comunicação direta. Outras formas de convocação reportadas foram reunião de pais, notícias em murais da escola, convocação durante evento cultural, e o uso do *Facebook*.

Para classificar o grau de participação dos diversos segmentos presentes durante a autoavaliação foram utilizadas as categorias de participação ativa, reservada e passiva. Essas categorias estão baseadas em pesquisa de Bruna Ribeiro, já citada no primeiro capítulo.

**Tabela 12:** Como foi a participação dos vários segmentos no processo autoavaliativo?

Tiveram participação ativa	EMEIs por segmento	CEIs diretos por segmento	CEIs conveniados por segmento	Totais por segmento	Totais por segmento
	%	%	%	N	%
Diretor	83	70	71	88	75
Coord. pedagógico	92	84	79	99	85
Professores	98	80	76	102	85
Agente técnico escolar	58	49	29	44	51
Atendentes gerais	38	28	62	29	41
Cozinheiras	25	17	63	27	36
Familiares	61	61	77	74	65
Outros	44	56	100	13	59

A proporção de familiares cuja participação foi classificada como ativa, nas unidades conveniadas, foi mais alta que nas demais; essa porcentagem equivale àquela atribuída a professores, é mais alta do que a indicada para diretores e bem próxima da conferida aos coordenadores pedagógicos. Embora um pouco mais baixa nas unidades diretas, assim mesmo a maioria dos familiares tiveram uma participação classificada como ativa pelos representantes das unidades, o que para muitos representou um dado surpreendente, dado o receio manifestado nas reuniões preparatórias em relação à participação dos pais na autoavaliação da unidade.

A observação colocada à margem dessa questão, registrada em um questionário, ilustra bem essa reação sobre a participação dos familiares: “alguns se colocaram com bastante propriedade”.

Por outro lado, também surpreende o fato de que nem todos os diretores participaram ativamente do processo, especialmente nos CEIs, tanto diretos como conveniados. Os dados sugerem que os coordenadores

pedagógicos exerceram uma maior liderança nas autoavaliações, em comparação com os diretores.

As perguntas seguintes do questionário diziam respeito ao grau de compreensão dos diferentes segmentos em relação ao processo de autoavaliação proposto pelo documento orientador, quanto: ao enunciado das questões, à metodologia de atribuição de cores e à dinâmica de trabalho em grupos.

Para classificar o grau de compreensão do enunciado das questões que compõem o documento, foram propostas as seguintes categorias: “com facilidade”, “razoável” e “grande dificuldade”. As porcentagens se referem à soma das respostas classificadas nas três categorias propostas para cada segmento. A tabela 13 só apresenta as respostas classificadas na alternativa “com facilidade”.

**Tabela 13:** Como o enunciado das questões foi compreendido pelos diversos segmentos?

Compreenderam com facilidade em cada segmento	EMEI's % por Segmento	CEI's diretos % por segmento	CEI's conveniados % por segmento	N respostas por segmento	% totais respostas por segmento
Diretor	95	89	97	113	93
Coord. pedagógico	95	91	97	111	94
Professores	79	74	82	94	78
Agente técnico escolar	46	57	20	42	50
Atendentes gerais	40	28	37	24	35
Cozinheiras	29	16	36	21	27
Familiares	22	18	32	27	23
Outros	0	40	0	4	24

Como seria de se esperar, os respondentes classificaram o grau de compreensão dos diversos segmentos de acordo com sua maior ou menor familiaridade em relação aos tópicos abordados no documento, o que parece refletir por um lado seu nível de escolaridade e por outro, seu papel profissional na equipe da unidade. Novamente chama atenção a diferença observada

quanto aos familiares e também às cozinheiras dos CEIs conveniados, considerados proporcionalmente como tendo uma compreensão melhor das questões do que nos outros dois tipos de unidade.

O questionário indagou sobre qual o tipo de questão que causou maior dificuldade de compreensão. As respostas abertas foram analisadas e agrupadas em categorias, como mostra a tabela 14.

**Tabela 14:** Maiores dificuldades de compreensão, por tipo de unidade

	EMEI	CEI diretos	CEI conveniados	Totais	Totais
	%	%	%	N	%
Dificuldades de compreensão dos pais	7	13	6	12	9
Questões pedagógicas ou técnicas	15	21	17	23	18
Formação docente	15	13	3	14	11
Planejamento (1ª dimensão)	7	6	26	15	12
Segurança, saúde, inclusão	0	9	3	6	5
Críticas gerais	7	4	3	6	5
Outros	20	13	20	22	17
<b>Totais</b>	100%	100%	100%	129	100%

O maior número de respostas na categoria “questões pedagógicas ou técnicas” não surpreende, sendo muitas vezes associada, nas respostas, a dificuldades de compreensão dos pais e/ou de pessoas com menor escolaridade. A primeira dimensão do documento, “Planejamento institucional” - que inclui os indicadores “Proposta pedagógica consolidada”, “Planejamento, acompanhamento e avaliação” e “Registro da prática pedagógica” - gerou muitas indagações entre os participantes, segundo 12% dos questionários. Foram reportadas, durante as reuniões regionalizadas de relatos ocorridas no III momento do trabalho, sugestões dos pais para que os Projetos Político Pedagógicos das escolas fossem disponibilizados para consulta, revelando o interesse despertado entre os familiares por algo que desconheciam.

**Tabela 15:** As etapas da autoavaliação (pequenos grupos, plenária, plano de ação) foram facilmente compreendidas pela maioria do grupo?

	EMEI	CEIs diretos	CEIs conveniados	Totais	Totais
	%	%	%	N	%
Sim	80	58	74	90	70
Em parte	15	23	11	22	17
Não	5	6	11	9	7

As porcentagens que indicam que a compreensão não foi fácil foram pouco significativas nos três tipos de unidade. Nas EMEIs, uma maior proporção de respostas indicou que houve facilidade de compreensão por parte do grupo, quanto à organização das etapas da autoavaliação.

Para quem assinalou a alternativa “em parte” foi solicitado que comentasse sua resposta. Dentre 22 respostas, seis mencionaram a realização da plenária como apresentando alguma dificuldade, e destas, uma relatou terem optado por não realizar essa parte da reunião. Uma das respostas indicou o inverso: a plenária foi o momento menos complicado. Outras duas respostas relataram não terem realizado as discussões em pequenos grupos; a maioria das outras respostas tocou nas dificuldades de compreensão e necessidade de esclarecimentos aos participantes e algumas informaram não terem realizado o plano de ação. Os comentários sobre a resposta “não” incluíram principalmente as questões que foram objeto de esclarecimentos adicionais e explicações aos participantes; um deles abordou também dificuldades na realização da plenária, sugerindo algum “exercício em outro momento”. Outras respostas também sugerem que os participantes demonstraram alguma dificuldade em participar de discussões coletivas e chegar a consensos.

Foram três as questões que abordaram o uso de cores na metodologia proposta no documento orientador: cores verde, amarela e vermelha, correspondendo respectivamente a uma avaliação positiva, uma avaliação com indicativo de atenção ou uma avaliação negativa, necessitando mudanças, para cada questão e indicador do documento. A metodologia propõe o uso de

cartões coloridos pelos participantes, como forma de indicar sua avaliação e o uso de cores nos cartazes que registram as sínteses das avaliações dos grupos e da plenária sobre os diversos tópicos cobertos pelo documento.

Houve poucas diferenças entre os três tipos de unidade, nas proporções de respostas previstas para a questão sobre a compreensão do uso de cores na autoavaliação (tabela 13). Optaram pela alternativa “com facilidade”, mais de 90% das respostas que se referiram a diretores, coordenadores pedagógicos, professores e agentes técnicos escolares. As porcentagens oscilaram em torno de 80% de “com facilidade”, para os segmentos atendentes gerais, cozinheiras e familiares. Apenas um questionário apontou que os familiares tiveram “grande dificuldade” para entender o uso de cores (um CEI direto). Parece, então, que a metodologia do uso de cores obteve o resultado esperado, no sentido de ser de fácil ou razoável compreensão por quase todos.

**Tabela 16:** Como a metodologia de cores foi compreendida pelos diferentes segmentos?

“Com facilidade”	N respostas por segmento	% respostas por segmento
Diretor	109	93
Coordenador pedagógico	110	96
Professores	108	94
Agentes técnicos escolares	57	93
Atendentes gerais	58	84
Cozinheiras	60	81
Familiares	93	83
Outros segmentos	20	77

A porcentagem de unidades que responderam afirmativamente à questão sobre se o grupo utilizou de forma adequada a metodologia de cores confirmou esses dados, pois 95% das unidades concordaram com essa alternativa.

Foram poucos os comentários a essas questões; dois questionários mencionaram dúvidas sobre a cor amarela e uma resposta expressou crítica à interpretação das avaliações exclusivamente baseada em cores:

As cores foram compreendidas, porém na síntese final elas não davam conta de expressar o debate e uma questão não se reduzia numa única cor.

Porém, apesar das avaliações majoritariamente positivas, uma parcela das unidades reportou que realizou adaptações no uso das cores: 38 unidades, ou seja quase 40% dentre as 98 respostas a essa questão (tabela 16).

**Tabela 17:** Houve necessidade de adaptações à metodologia de atribuição de cores aos indicadores?

	EMEIs	CEIs diretos	CEIs conveniados	Total	Total
	%	%	%	N	%
Sim	37	54	17	38	39

A porcentagem de unidades que realizaram adaptações foi mais alta para os CEIs diretos (54%), correspondendo a 21 dentre 39 respostas.

As questões seguintes indagavam sobre a opinião dos participantes a respeito da autoavaliação proposta: as dificuldades encontradas para sua realização, a percepção dos participantes, as expectativas geradas.

**Tabela 18:** Opinião sobre o formato de autoavaliação proposto e a organização necessária para sua realização

Alternativas	EMEIs	CEIs Diretos	CEIs Conveniados	Totais	Totais
	%	%	%	N	%
É bem detalhado, mas facilita a organização do trabalho	51	63	56	68	57
É interessante, mas precisaria ser mais bem explicado	28	28	38	37	31
Exige muito e sobrecarrega a equipe gestora	10	2	0	5	4
Outro	10	7	6	9	8

Apenas cinco unidades, todas diretas, queixaram-se da sobrecarga causada à equipe gestora. A maioria das respostas concordou com a primeira alternativa e cerca de 30% opinaram que esse formato de reunião e sua

organização precisariam ser mais bem explicados. Essa segunda alternativa foi proporcionalmente mais escolhida por representantes de CEIs conveniados.

Alguns dos nove comentários incluídos na categoria “outros” avaliaram que o documento é muito extenso, sugerindo menor número de dimensões ou que o documento fosse “dividido” em questões para todos e questões que não seriam respondidas por todos (uma resposta). O comentário abaixo ilustra esse tipo de opinião:

Muito extenso, porém necessário. No entanto, possibilita a dispersão por se tornar cansativo, não sendo possível a conclusão de todos os passos metodológicos.

A pergunta seguinte pedia a opinião dos participantes sobre o processo vivenciado. A grande maioria das respostas indica uma opinião positiva dos participantes e em nenhum questionário se registrou a alternativa mais negativa, onde se mencionava a ocorrência de “muitos conflitos” (tabela 18). Nos CEIs conveniados, sete respostas optaram pela segunda alternativa, correspondendo a um percentual mais alto do que nos CEIs diretos.

**Tabela 19:** Como os participantes da autoavaliação avaliaram o processo vivenciado?

Alternativas	EMEIs	CEIs Diretos	CEIs Conveniados	Totais	Totais
	%	%	%	N	%
No geral, avaliaram positivamente	92	87	79	101	86
Houve algumas avaliações negativas	0	11	21	12	10
Avaliaram de forma negativa, pois gerou muitos conflitos	0	0	0	0	0
Outras	8	1	0	4	3

Uma dentre as quatro respostas na categoria “outras” mencionou que muitas questões “extrapolam os muros da escola” e por esse motivo não adiantaria avaliá-las.

Como era de se esperar, a maioria (94%) dos representantes de unidades confirmou que o processo de autoavaliação gerou expectativas no grupo.

As respostas sobre quais expectativas foram geradas foram classificadas segundo as categorias que constam da tabela 19. Em cerca de 20% dos questionários essa resposta foi deixada em branco. A maioria das respostas se referiu a expectativas em relação à melhoria das questões avaliadas como insatisfatórias (com as cores vermelho e amarelo) e, principalmente as unidades públicas, registraram expectativas do grupo quanto a possíveis respostas às demandas que seriam encaminhadas a instâncias da secretaria e da prefeitura. Os CEIs diretos revelaram-se um pouco mais receosos quanto aos desdobramentos do processo do que os demais.

**Tabela 20:** O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?

	EMEI	CEI direto	CEI Conven.	N total	% total
Participação das famílias	1	4	4	9	9,4
Resolução de demandas externas	9	13	4	26	27,1
Melhoria das questões em vermelho	12	7	13	32	33,3
Insegurança, receios dos desdobramentos	4	8	1	13	13,6
Maior participação e diálogo	1	4	2	7	7,3
Planejamento da unidade	5	-	3	8	8,3
Documento próprio da rede	-	1	-	1	1,0
Totais de respostas	32	37	27	96	100%

A proposta de autoavaliação definida no documento orientador do MEC considera que a principal finalidade do processo desencadeado nas instituições é traçar um diagnóstico da unidade que subsidie um plano de ação, o qual deve prever as iniciativas a serem priorizadas para o aprimoramento da qualidade do trabalho educativo. O questionário indagou sobre a realização do plano, a partir da questão: “O processo de autoavaliação orientou o processo de elaboração/revisão do projeto político pedagógico/PPP de sua UE?” A porcentagem de unidades que responderam sim a essa pergunta foi de 96%; apenas quatro unidades responderam negativamente. Esse dado é bastante encorajador, pois esse é um dos principais objetivos da autoavaliação proposta,

o que confirma o seu papel de estímulo para ganhos de qualidade na educação infantil.

Disseram já ter realizado o Plano de Ação 69% dos respondentes; a menor proporção daqueles que responderam afirmativamente a essa questão foi encontrada para os CEIs conveniados, 57%.

**Tabela 21:** Segmentos que participaram da elaboração do Plano de Ação por tipo de unidade.

Segmentos	EMEI	CEI direto	CEI conveniado	Total	Total
	%	%	%	N	%
Diretor	67	54	85	58	65
Coordenador pedagógico	73	56	80	60	67
Professores	63	54	70	54	61
Agentes técnicos escolares	40	33	5	26	29
Atendentes gerais	27	18	20	19	21
Cozinheiras	13	15	30	16	18
Familiares	20	31	35	25	28
Supervisores	-	5	5	3	3
Outros	13	13	5	10	11
Totais (realizaram o Plano de Ação)	n 30	n 39	n 20	89	69%

Os dados da tabela 20 mostram que a tarefa de realizar o Plano de Ação foi majoritariamente assumida pela equipe gestora e por professores das unidades, sendo que essa tendência foi mais marcante no grupo de CEIs conveniados. Os demais funcionários também participaram, mas em proporção mais baixa. A participação dos familiares chegou perto de 30% para as 89 unidades que declararam ter realizado o plano de ação, sendo que nas EMEIs a proporção foi menor: 20%. Em três questionários registrou-se a participação de supervisores. Dentre as dez respostas em “outros”, duas mencionaram explicitamente a participação das equipes de limpeza, vigias e funcionários terceirizados. As demais acrescentaram detalhes sobre a forma escolhida e os prazos adotados para realizar o plano de ação.

Um fator que pode ter interferido sobre a participação distinta dos diversos segmentos é o fato de que, em várias unidades, a elaboração do Plano de Ação foi realizada em outros dias, após a data da reunião convocada para a autoavaliação coletiva.

#### 4.2.1 Questões abertas por tipo de unidade

O questionário procurou deixar espaço para as opiniões e comentários dos representantes das unidades sobre a experiência vivida com a aplicação da autoavaliação institucional proposta. Foram diversas questões em aberto, que foram classificadas em categorias. A mesma resposta pode ser classificada em mais de uma categoria, quando aborda diferentes aspectos da questão.

As respostas às questões abertas foram analisadas e classificadas em categorias. Uma mesma resposta pode ter sido classificada em mais de uma categoria. Para comparar os resultados por tipo de unidade, algumas categorias próximas foram agrupadas, como por exemplo dificuldades com “tempo” e “data”.

**Tabela 22:** Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação participativa.

Categorias de resposta		CEI direto		EMEI		Creche-CEI part. conv.		Total	
	Número de respondentes	53	100%	41	100%	35	100%	129	100%
1	Participação família e comunidade	26	49%	25	61%	19	54%	70	54%
2	Tempo e data	24	45%	21	51%	10	29%	55	43%
3	Organização do evento	7	13%	8	20%	9	26%	24	19%
4	Participação de todos os segmentos	18	34%	15	37%	4	11%	37	29%
5	Metodologia do documento	4	8%	2	5%	0	0%	6	5%
6	Encaminhamentos interno e externo	5	9%	1	2%	0	0%	6	5%
7	Outros	2	4%	3	7%	1	3%	6	5%
8	Em branco	5	9%	0	0%	5	14%	10	8%

Representantes dos três tipos de unidade concordaram em relação ao principal desafio mais citado: a participação da família e da comunidade, pois metade ou mais das respostas mencionaram esse fator. Em segundo lugar, aparecem as menções a desafios relativos a tempo e data, para os três tipos de unidade. As unidades diretas também sentiram dificuldade com a participação de “todos os segmentos”, a terceira categoria mais frequente. Um menor número de respostas mencionou desafios quanto à organização do evento.

**Tabela 23:** E quais os principais potenciais ou possibilidades?

	Categorias de resposta	CEI direto		EMEI		Creche-CEI part. conv.		Total	
	Número de respondentes	53	100%	41	100%	35	100%	129	100%
1	Voz à família e comunidade	13	25%	14	34%	5	14%	32	25%
2	Contribuir para o planejamento da unidade	20	38%	21	51%	10	29%	51	40%
3	Contribuir para a reflexão e formação da equipe	9	17%	9	22%	3	9%	21	16%
4	Gestão democrática	15	28%	18	44%	7	20%	40	31%
5	Metodologia lúdica, leve	5	9%	4	10%	4	11%	13	10%
6	Outros	7	13%	1	2%	12	34%	20	16%
7	Em branco	2	4%	0	0%	1	3%	3	2%

Paradoxalmente, dar voz à família e à comunidade aparece em terceiro lugar na questão sobre os principais potenciais e possibilidades desse processo. Em primeiro encontram-se as menções sobre a contribuição da autoavaliação para o planejamento da unidade, no caso das unidades diretas e 44% das respostas das EMEIs indicaram a gestão democrática como algo que pode ser favorecido por essa experiência.

**Tabela 24:** O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?

Categorias de resposta		CEI direto		EMEI		Creche-CEI part. conv.		Total	
	Número de respondentes	53	100%	41	100%	35	100%	129	100%
1	Participação famílias	4	8%	1	2%	4	11%	9	7%
2	Resolução demandas	13	25%	9	22%	4	11%	26	20%
3	Melhoria questões em vermelho	7	13%	12	29%	13	37%	32	25%
4	Insegurança, receios, desdobramentos	8	15%	4	10%	1	3%	13	10%
5	Participação e diálogo	4	8%	1	2%	2	6%	7	5%
6	Planejamento	0	0%	5	12%	3	9%	8	6%
7	Documento próprio da rede	1	2%	0	0%	0	0%	1	1%
8	Em branco	10	19%	6	15%	8	23%	24	19%

Quanto às expectativas geradas no grupo pelo processo de autoavaliação, as respostas variaram quanto ao tipo de unidade: 29% das respostas das EMEIs e 37% daquelas dos CEIs conveniados foram classificadas na categoria “melhoria das questões em vermelho”, enquanto que para os CEIs diretos a categoria mais frequente foi “resolução de demandas”, resposta que aponta para soluções que dependem de outros setores da administração.

**Tabela 25:** Em sua opinião, como a experiência de aplicação dos indicadores na sua UE pode contribuir para melhorar a qualidade do trabalho educativo?

Categorias de resposta		CEI direto		EMEI		Creche-CEI part. conv.		Total	
	Número de respondentes	53	100%	41	100%	35	100%	129	100%
1	Aproximação das famílias	6	11%	7	17%	7	20%	20	16%
2	Participação democrática	8	15%	11	27%	6	17%	25	19%
3	Reflexão e revisão das práticas	15	28%	13	32%	10	29%	38	29%
4	Ouvir crianças	1	2%	1	2%	0	0%	2	2%
5	Revisão de planos	11	21%	12	29%	7	20%	30	23%
6	Expectativas positivas	5	9%	5	12%	1	3%	11	9%
7	Encaminhamento e demandas	2	4%	2	5%	1	3%	5	4%

Essa questão indagava a respeito da contribuição que esse processo poderia ter para a melhoria da qualidade do trabalho educativo. Nos três tipos

de unidade, em torno de 30% das respostas mencionaram a reflexão e a revisão das práticas; o segundo aspecto mais citado foi a contribuição da autoavaliação para a revisão dos planos das unidades. A participação democrática e a aproximação com as famílias também foram citadas, sendo que as EMEIs mencionaram mais o primeiro fator e as unidades conveniadas deram respostas com maior ênfase na relação com as famílias.

**Tabela 26:** Deseja expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?

	Categorias de resposta	CEI direto		EMEI		Creche-CEI part. conv.		Total	
	Número de respondentes	53	100%	41	100%	35	100%	129	100%
1	Menções positivas	1	2%	3	7%	7	20%	11	9%
2	Gestão democrática	3	6%	3	7%	2	6%	8	6%
3	Participação das crianças	0	0%	2	5%	0	0%	2	2%
4	Planejamento	1	2%	4	10%	0	0%	5	4%
5	Outros	2	4%	3	7%	2	6%	7	5%

A última questão foi preenchida apenas por um pequeno número de respondentes, contendo alguns elogios à proposta de autoavaliação.

#### 4.2.2 Análise das respostas ao questionário para representantes das DREs

Os dados dos doze questionários (anexo K) aqui apresentados e discutidos, cujo procedimento de coleta e análise já foi explicitado anteriormente, expressam a percepção sobre o processo autoavaliativo do ponto de vista dos representantes das DREs, em especial dos profissionais que atuam no Departamento de Orientação Técnica Pedagógica/DOT-P das Diretorias Regionais de Educação. Este setor responde pelas questões pedagógicas no âmbito da Diretoria Regional de Educação e é responsável pela promoção de formações para professores e gestores, além do acompanhamento sistemático dos resultados de avaliações internas e externas.

O questionário era composto por nove questões, sendo três objetivas e seis abertas, e foi respondido por nove DREs: Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Guaianases, Itaquera, Penha, São Miguel Paulista, Santo Amaro e São Mateus. Ainda constam quatro questionários da DRE Guaianases, preenchido por diferentes representantes, e não foi possível obter o retorno de quatro Regionais: Freguesia do Ó/Brasilândia, Ipiranga, Pirituba e Jaçanã/Tremembé.

As respostas apresentadas a seguir, são, portanto, fruto da análise de doze questionários, que por sua vez, representam nove Diretorias Regionais de Educação.

As primeiras perguntas do questionário visavam compreender como as DREs realizaram o processo de divulgação e mobilização das unidades diretas e conveniadas de sua região, frente à proposta de realização da autoavaliação com o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil,2009).

Em relação à divulgação do 1º Seminário sobre Qualidade e Avaliação, no qual a proposta de realização da autoavaliação foi apresentada por DOT-EI, é possível constatar, conforme expresso na tabela abaixo, que as 9 DREs utilizaram como estratégias principais de divulgação, tanto para a rede direta como para a conveniada, o envio de email e a divulgação nas reuniões presenciais. No entanto, a divulgação em reuniões presenciais é 16% mais baixa nas redes conveniadas em relação às diretas, e, talvez, por isso mesmo, se utilize uma terceira estratégia não mencionada para a rede direta, que é a divulgação através de telefonemas. Essa estratégia de comunicação, no entanto, pode se tornar limitada frente a atual configuração da rede paulistana, que possui 12 de suas 13 DREs com um atendimento maior na rede conveniada, como por exemplo, na DRE de Guaianases com 62 unidades diretas e 189 conveniadas/indiretas. Algumas estratégias pontuais ainda foram descritas na categoria “outros”, como o contato com a supervisão escolar da unidade e envio de circular.

**Tabela 27:** Estratégias de divulgação do 1º Seminário sobre Qualidade e Avaliação na EI para as UEs

Estratégias utilizadas pela DRE: divulgação 1º momento	Unidades Diretas		Unidades Conveniadas	
	Total	%	Total	%
Presencialmente em reuniões	7	58%	5	42%
E-mail	8	67%	7	58%
Telefonemas	0	0%	1	8%
Carta convite impressa	0	0%	0	0%
Outros	1	8%	1	8%

Após o primeiro Seminário, as DREs deram início a um processo de mobilização das unidades diretas e conveniadas visando estimulá-las à participação e adesão a autoavaliação. Com exceção da profissional de uma DRE que não soube informar como foi feito esse processo, pois conforme alegou “estava de licença médica”, as demais respostas demonstraram que as DREs utilizaram diferentes estratégias de mobilização, tais como: convites, chamamentos nos momentos de formação da DRE, reuniões, envio de email e contatos telefônicos. Muitas respostas ainda, além de especificarem o processo de mobilização, enfatizavam também os argumentos utilizados para incentivo à participação das unidades, conforme ilustrado pela fala a seguir:

A importância desta ação para a qualidade da educação infantil e como esse instrumento possibilita as unidades educacionais pensar sobre o PPP (...) trazendo reflexões muito pertinentes, às vezes não vistas no cotidiano.

Para os representantes das unidades diretas e conveniadas que aderiram à proposta da autoavaliação foi propiciada uma formação realizada pela consultora do DOT-EI, ficando a cargo das DREs a divulgação desta ação. Ao serem indagados sobre como realizaram essa divulgação, podemos observar, conforme mostra a tabela 28 abaixo, que as respostas se concentraram em três estratégias principais, sendo que o envio de email e as reuniões se destacam pela maior frequência, e o uso de telefonemas apenas com 8% mas com o diferencial de ser citado como estratégia para a rede direta também.

No entanto, o que chama a atenção, novamente, é o fato de que a divulgação presencial, que no primeiro momento já havia sido 16% mais baixa para as conveniadas em relação às diretas, no segundo momento, apresenta uma diferença de 25%. Uma possibilidade é que talvez essa diferença possa ser atribuída ao fato das DREs possuírem uma agenda mais sistemática de encontros com as profissionais da rede direta, o que talvez evidencie um possível dificultador na comunicação com a rede conveniada, que merece ser objeto de maiores estudos.

**Tabela 28:** Estratégias utilizadas pela DRE para divulgação do 2º momento

Estratégias utilizadas pela DRE para divulgação do 2º momento	Unidades Diretas		Unidades Conveniadas	
	Total	%	Total	%
Presencialmente em reuniões	7	58%	4	33%
E-mail	8	67%	7	58%
Telefonemas	1	8%	1	8%
Carta convite impressa	0	0%	0	0%
Branco	1	8%	1	8%
Outros	0	0%	0	0%

As perguntas seguintes do questionário indagavam sobre como as DREs avaliaram o retorno das unidades educacionais frente à proposta de realização da autoavaliação com uso do Indique-EI e como consideram a adesão e os fatores que podem ter incidido sobre ela.

As respostas obtidas nos questionário enfatizaram que as unidades educacionais acolheram a proposta de forma muito positiva, reconhecendo a importância e potencial do documento para induzir melhorias na qualidade das práticas cotidianas. No entanto, ressaltaram que aspectos relacionados ao período do ano, tempo para aplicação e apropriação da proposta, demandas da rede e troca da equipe da DRE dificultaram uma maior adesão à autoavaliação. Uma DRE mencionou ainda, que é preciso considerar tempo para que as equipes gestoras possam primeiro “comprar a ideia” e assim, só depois “aplicá-la”.

Os tensionamentos gerados pela participação das famílias em processos avaliativos foram trazidos por uma DRE que revelou que “a participação das famílias neste processo de autoavaliação da UE como diferencial da metodologia, revelou algumas fragilidades que as UEs ainda apresentam nessa relação”.

O questionário indagava ainda como os representantes das DREs entendiam que esta experiência autoavaliativa poderia contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado na rede de educação infantil paulistana. As respostas foram unânimes em situar a participação de diferentes atores como o grande diferencial e potencial do instrumento. Propiciar um espaço para troca, reflexão e planejamento entre esses atores, em especial, com as famílias, citadas como normalmente excluídas do processo avaliativo, pode no entender das profissionais escutadas, fortalecer o princípio da gestão democrática e da corresponsabilidade uma vez que “pode romper com processos cristalizados, pode exercitar e implementar processos participativos, pode instrumentalizar as equipes escolares e a comunidade”. Além de contribuir para a:

Construção da gestão democrática na esfera pública, possibilitando a acolhida dos diferentes olhares, bem como a implicação dos diferentes autores (diretos e indiretos) na busca da qualidade.

A questão seguinte era mais abrangente e indagava se os respondentes teriam alguma sugestão sobre auto/avaliação que pudesse ser útil para a reflexão sobre avaliação institucional participativa no Brasil. Praticamente todas as respostas se embasavam e validavam a experiência em curso na rede e sugeriam que experiências como a paulistana fossem reproduzidas por todo o Brasil, tanto em relação a escolha do instrumento como a metodologia empregada, demonstrando assim, a legitimidade e apoio das DREs em relação

ao processo em curso. A fala a seguir ilustra esse posicionamento das profissionais:

Criar momentos tão sérios como estes que vem acontecendo em São Paulo por todo o Brasil (...) pois é possível sim dar a educação brasileira a importância que lhe cabe e o povo brasileiro necessita e tem direito.

Além disso, algumas DREs afirmam que instrumentos autoavaliativos deveriam ser o foco das avaliações realizadas na primeira etapa da educação básica, demonstrando certa desconfiança em relação a avaliações externas. Enfatizam que princípios do que chamam de Pedagogia da Infância deveriam ser reforçados, evitando-se assim, ranqueamentos, padronizações e segmentação não só na avaliação, mas também no currículo da educação infantil.

Aproveitaram nessa questão para propor alternativas, baseadas nos desafios que se depararam durante o processo, como, por exemplo, recomendam uma maior articulação entre diferentes setores da rede, buscando evitar a realização apenas obrigatória e burocrática da avaliação. Por outro lado, outras DREs defendem que se garanta um dia no calendário escolar municipal para a realização da autoavaliação, para que não fique apenas como uma “iniciativa solta de cada unidade educacional”. Outras vão mais longe e defendem que é preciso “pensar no dia da autoavaliação municipal, estadual ou nacional”, sugerindo também que haja uma mobilização da sociedade através de um “chamamento para este movimento através da mídia”.

As respostas demonstram que os representantes das DREs estão alinhados com a proposta do DOT-EI, mas nem por isso deixam de apresentar receios em relação ao processo, como na questão da descontinuidade administrativa e ausência de outras vozes importantes na avaliação, como dos funcionários terceirizados e crianças. Nesse sentido, sugerem que se pense em

alternativas para inclusão desses sujeitos, bem como estratégias para potencializar a participação das famílias que, no entender destes profissionais, ainda foi tímida em quantidade e qualidade.

Por fim, defendem que se tenha um “tempo legítimo para a aplicação” da autoavaliação e uma DRE, em especial, aproveitou para apresentar sugestões de alterações nas dimensões e indicadores do documento.

A última questão do questionário indagava se os respondentes gostariam de expressar mais algum aspecto que não havia sido perguntado. Cinco respostas estavam em branco e as demais abordaram diferentes aspectos como depoimentos de agradecimentos à equipe do DOT-EI, sugestão de criação de um fórum permanente de discussão, inserção de indicadores; outros apenas enfatizam a importância do processo ser participativo “para que haja uma produção de sentidos que permita a compreensão de um movimento de autoavaliação” e uma DRE questionou se “não seria interessante aplicar documento semelhante na SME?”.

# Considerações finais



***Acreditamos que todos os presentes saíram com mais elementos para pensar a qualidade da escola pública de Educação Infantil***

*(Relato de autoavaliação de uma EMEI)*

## 5. Considerações Finais

As análises apresentadas neste relatório, baseadas nos dados recolhidos durante o processo de aplicação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil nas unidades municipais que aderiram voluntariamente à proposta de autoavaliação desenvolvida nos anos de 2013 e 2014 na rede paulistana de educação infantil, apontam para resultados bastante positivos e que, em muitos aspectos, superaram as expectativas da própria equipe que coordenou a experiência nesse período. Retomando os objetivos que foram definidos para essa fase da experiência de autoavaliação institucional participativa na rede, estas considerações procurarão sintetizar os principais resultados constatados para cada objetivo.

### ➤ **Fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade educacional**

As informações colhidas por meio dos questionários registraram principalmente a visão de diretores e/ou coordenadores pedagógicos das unidades sobre o significado das experiências vividas em suas unidades. A maioria das respostas mencionou ganhos que indiretamente poderiam sugerir esse fortalecimento. No entanto, seria necessário que também as vozes dos professores pudessem ter sido ouvidas de forma mais sistemática, para que esse objetivo pudesse ser melhor avaliado, o que não foi possível no âmbito deste trabalho. Em alguns momentos, nos seminários de relatos de experiência, essas vozes dos educadores puderam ser incluídas e ouvidas diretamente. Porém, para uma avaliação mais aprofundada desse aspecto é importante que se mantenha a continuidade da autoavaliação e a opinião dos professores seja ouvida e analisada.

### ➤ **Diálogo entre educadores e familiares das crianças atendidas**

Este foi um dos objetivos cuja concretização, de acordo com os dados obtidos, ultrapassou as mais otimistas previsões da equipe coordenadora. O receio e até mesmo, em alguns casos, a resistência inicial observada quanto à participação dos familiares na autoavaliação foram superados de forma bastante evidente. Como foi verificado em respostas obtidas em diversas perguntas dos questionários respondidos por representantes de unidades e DREs, em depoimentos registrados nos seminários descentralizados, em relatos escritos, em pôsteres apresentados e em outras formas de registro realizadas durante o processo, as equipes das unidades se surpreenderam positivamente com o grau de envolvimento dos familiares das crianças durante a autoavaliação. Não só houve uma presença acima do esperado em muitas unidades, como a participação nos debates, tanto em pequenos grupos como nas plenárias, revelou um grande envolvimento dos familiares no processo. Os educadores se surpreenderam com o interesse demonstrado pelos pais pelo trabalho pedagógico realizado nas unidades e constataram que a maioria deles valoriza a participação de seus filhos em EMEIs, CEUs e CEIs. Constataram também o grande potencial que essas trocas entre educadores e familiares apresenta, potencial este que a maioria das unidades reconhece ser preciso explorar de forma mais contínua e aprofundada. Nesse sentido, diversas propostas emergiram das discussões, tanto nas unidades como nos encontros regionais, no sentido de adoção de novas estratégias de estímulo a esse diálogo entre educadores e familiares das crianças.

### ➤ **Práticas de gestão democrática na unidade**

Nos questionários, como também nos demais registros obtidos, a gestão democrática foi objeto de diversas considerações dos participantes, seja direta ou indiretamente. Usualmente entendida apenas nos seus aspectos formais, por

exemplo na manutenção de um Conselho com participação de representantes de pais de alunos, a prática da autoavaliação permitiu que essa visão mais restrita fosse ampliada, pois a experiência do debate entre os diversos segmentos presentes apontou para outras possibilidades de democratização da gestão da unidade e, também, da gestão das DREs e de SME em suas relações com as unidades. Os dados revelaram diferenças entre as equipes quanto às concepções de gestão democrática e quanto à sua maior ou menor abertura para inovações nesse aspecto.

➤ **Colaboração entre as equipes de DRE e das unidades**

Pode-se afirmar que esse objetivo parece ter sido melhor atingido em alguns casos do que em outros. A começar pela divulgação da proposta, verificou-se uma desigualdade grande entre as respostas obtidas por parte das unidades em relação à proposta de autoavaliação, conforme a DRE. As diferenças na proporção das unidades que aderiram ao projeto nas 13 DREs foram bastante significativas e possivelmente essas diferenças devem refletir uma melhor ou menos satisfatória comunicação entre as equipes nas diversas regiões do município. Por outro lado, foi possível observar que, em diversos casos, essa colaboração cresceu durante o processo, com muitos profissionais de DREs envolvendo-se bastante nas experiências desenvolvidas nas unidades de sua regional, e até mesmo revelando entusiasmo crescente ao relatar sua participação e a realização de atividades que não haviam sido inicialmente previstas no planejamento geral.

➤ **Aperfeiçoamento do projeto pedagógico da unidade**

A análise dos questionários revelou que esse foi um dos aspectos mais valorizados pelas unidades que participaram da autoavaliação. Com efeito, o diagnóstico da qualidade da educação desenvolvida na unidade, realizada com

método e de forma participativa, levantou diversas questões que não são abordadas no cotidiano, como os próprios respondentes indicaram. Os relatos obtidos mostram como diversas questões incluídas nos indicadores tornaram mais visíveis dimensões do trabalho pedagógico que as equipes reconheceram que não costumavam considerar em seus planejamentos e após a avaliação esses temas passaram a integrar os Planos Especiais de Ação (PEAs) de muitas unidades. A elaboração do plano de ação da unidade, com foco nos aspectos a serem prioritariamente abordados para obter melhorias concretas de qualidade, parece assim oferecer um grande potencial na direção de aperfeiçoamentos nos projetos político pedagógicos das unidades.

➤ **Melhoria da qualidade da educação infantil municipal**

Os dados não permitem conclusões definitivas a respeito desse objetivo. Para isso, outras abordagens de análise teriam de ser desenvolvidas. Entretanto, numa visão processual da qualidade da educação da educação infantil, que privilegia a concepção de qualidade enquanto construção coletiva, baseada na participação e no diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos na educação das crianças pequenas, é possível reconhecer o potencial que a experiência de autoavaliação institucional participativa oferece para a melhoria desejada. Com a continuidade do processo de autoavaliação nos próximos anos, essas melhorias poderão ser constatadas de forma mais objetiva.

➤ **Coleta de subsídios para elaboração dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana**

Esse foi um objetivo que, de forma geral, foi considerado como plenamente atingido. No momento de finalização deste relatório, o processo de revisão e complementação do documento original do MEC, para que se obtenha um documento adaptado à realidade da rede municipal de São Paulo e que

reflita o estágio atual do debate sobre a qualidade da educação infantil desenvolvido no âmbito das equipes das DREs e das unidades, encontra-se bastante adiantado. Um Grupo de Trabalho (GT) foi formado para essa tarefa, com participação ampla de setores técnicos e educadores da rede. Muitos dos resultados analisados neste relatório, relevantes para esse trabalho do GT, foram apresentados e discutidos em reuniões de trabalho ao longo dos anos de 2014 e 2015. Ao lado de subsídios colhidos durante e após a realização da autoavaliação de 2015, os dados aqui apresentados contribuíram significativamente para este objetivo.

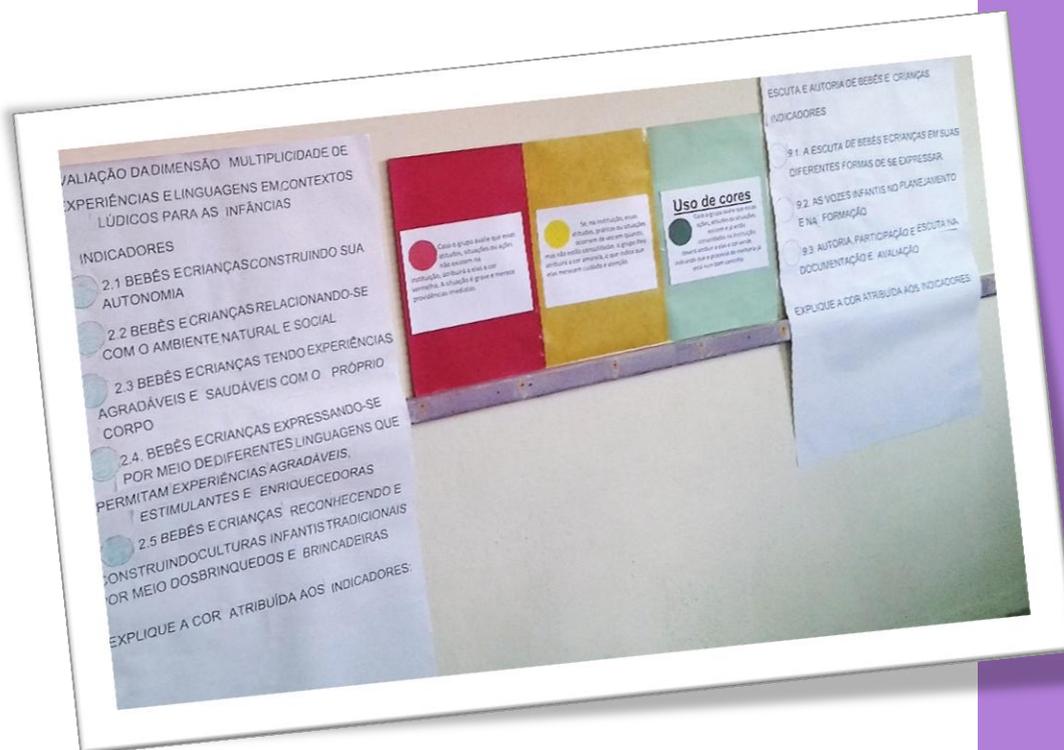
De forma geral, a partir das constatações sintetizadas acima, pode-se afirmar que o processo de autoavaliação institucional participativa realizado nos anos de 2013 e 2014 alcançou a maioria de seus objetivos, o que se refletiu na experiência repetida por toda a rede no ano de 2015, a qual será objeto de um segundo relatório.

No contexto de outras experiências de aplicação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil desenvolvidas em outros municípios e estados brasileiros, é possível afirmar que o processo vivido pela rede municipal de educação infantil de São Paulo ganha um significado especial e uma relevância marcante, devido não só à abrangência dessa rede como também dos insumos que gerou para o debate nacional.

Deveríamos criar momentos tão sérios como estes que vêm acontecendo na cidade de São Paulo por todo o Brasil.

(Equipe técnica da DRE Guaianases)

# Referências Bibliográficas



## 6. Referências Bibliográficas

- AÇÃO EDUCATIVA. *O uso dos Indicadores da qualidade da educação na construção e revisão participativas de planos de educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em [www.indicadoreseducacao.org.br](http://www.indicadoreseducacao.org.br).
- BAUER, A. E SOUSA, S. S. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. Ensaio: aval. pol. Públ. Educ. vol. 23 nº86, Rio de Janeiro, Jan/Fev. 2015.
- BOLÍVAR, A. Avaliação institucional: entre o rendimento de contas e a melhoria interna. *GestAção*. Salvador, v.9, n1, Jan/Abr/2006.
- BONDIOLI, A. (org.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação*. A qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BONDIOLI, A.; SAVIO, D. Participação e Qualidade em Educação da Infância: Percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos, UFPR, 2013
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006. Vol. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS/UNESCO. Avaliação Institucional das Escolas da Rede Municipal de Cuiabá. Validação do modelo avaliativo institucional externo e interno em uma amostra de escolas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Unesco, 2014. (Relatório de Pesquisa).
- RIBEIRO, Bruna. *A qualidade na educação infantil: uma experiência de autoavaliação em creches da cidade de São Paulo*. São Paulo: PUC, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- RIBEIRO, Bruna. Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites. *Revista Educação*, PUC/Campinas, v. 18, n. 1, jan./abr. 2013, p. 65-74.
- RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. B. Uma leitura dos usos dos Indicadores da Qualidade na Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/Fundação Carlos Chagas, v.40, n.141, p. 823-847, set./dez. 2010.

- RIBEIRO, Vera M.; RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/Fundação Carlos Chagas, v.35, n.124, p. 227-251, jan./abr. 2005.
- SÃO PAULO, Município. Conselho Municipal de Educação. Orientações para o Sistema Municipal de Ensino quanto à implementação da Lei n. 12.796/13 na educação infantil. In: São Paulo, Município. Secretaria Municipal de Educação. *Orientação Normativa n. 01/13*. Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: SME/DOT-EI, 2014. (anexo)
- SÃO PAULO, Município. Secretaria Municipal de Educação. *Orientação Normativa n. 01/13*. Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: SME/DOT-EI, 2014.
- SORDI, M. R. L; SOUZA, E. S. (orgs.) *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: a Rede Municipal de Campinas como espaço de aprendizagem*. Campinas: Millenium Editora, 2009.
- SORDI, M. R. L; SOUZA, E. S. (orgs.) *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: o processo de implementação na rede municipal de Campinas em destaque*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Educação. 2012.
- Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192)

# Anexos



## Anexos

Anexo A: Questões sobre a Qualidade na Educação Infantil (Apresentação I Seminário Regional)

### Questões sobre a qualidade na Educação Infantil

Maria Malta Campos



Encontros de DOT/DREs – PMSP – setembro/outubro 2013

### Roteiro

- A questão da qualidade e as reformas educacionais
- A evolução dos conceitos sobre a qualidade da EI seguiu um caminho diferente daquele percorrido nas demais etapas da educação
- A realidade da EI no país hoje
- Algumas pistas sobre a qualidade da EI a partir da literatura contemporânea
- Dilemas e perspectivas no cenário brasileiro

## 1. A questão da qualidade e as reformas educacionais

- As reformas educacionais, a partir da década de 1990, adotaram uma concepção de qualidade fundamentada em resultados de aprendizagem medidos por meio de testes de conhecimento administrados individualmente aos alunos
- Essa concepção de qualidade focaliza tais resultados como “produtos” da educação; os processos educativos são considerados como meios para se obter esses resultados

- Os resultados dessas avaliações têm motivado comparações entre escolas, cidades, regiões e países e obtiveram grande legitimidade pública
- Os resultados de aprendizagem desvelam as desigualdades sociais e as diferenças culturais entre os alunos
- A forma como esses resultados são apresentados geralmente desconsidera os diferentes contextos de aprendizagem e as diferentes condições de trabalho nas escolas

- As reformas e as avaliações foram importantes para garantir um lugar para a educação na agenda política e conferir visibilidade pública a questões antes restritas ao campo educacional
- As avaliações de sistema revelam enormes desigualdades quanto aos direitos básicos de aprendizagem
- Mesmo sem obter consenso na base dos sistemas escolares, elas motivam mudanças na gestão das redes e alimentam o debate sobre a qualidade da escola pública

2. A evolução dos conceitos sobre a qualidade da EI seguiu um caminho diferente daquele percorrido nas demais etapas da educação



## 2.1. Uma história diferente

- Evolução histórica da creche e da pré-escola: áreas sociais diferentes, públicos-alvo diversos
- A expansão da pré-escola precede o reconhecimento legal
- Os movimentos de mulheres lutam pelo direito à creche e pela superação do estigma associado à instituição “creche” (transição para a democracia, anos 1980)
- O foco inicial nos direitos da mulher trabalhadora desloca-se para uma preocupação com a qualidade dos serviços e os direitos da criança (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)
- A Constituição de 1988 define a EI como primeira etapa da Educação Básica e inclui a creche para crianças de 0 a 3 anos no sistema educacional

## As políticas de qualidade para a EI nos anos 2000

- Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil (Campanha Nacional pelo Direito à Educação/MIEIB, 2006)
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2006)
- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC/Unicef/Ação Educativa, 2009)
- Pesquisa - Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa (MEC/BID/FCC, 2010)

## Novas reformas impactam esse processo na segunda metade da década de 2000

- Antecipação da idade de ingresso no EF aos 6 anos
- Obrigatoriedade escolar ampliada para a faixa etária de 4 a 17 anos
- Um poderoso discurso sobre a aprendizagem precoce emerge dos EUA (Heckman e neurociências)
- Novas políticas públicas são propostas por economistas e profissionais da medicina para a faixa de 0 a 3 anos
- Surgem propostas para avaliações da EI de diversos setores

## O debate na área especializada

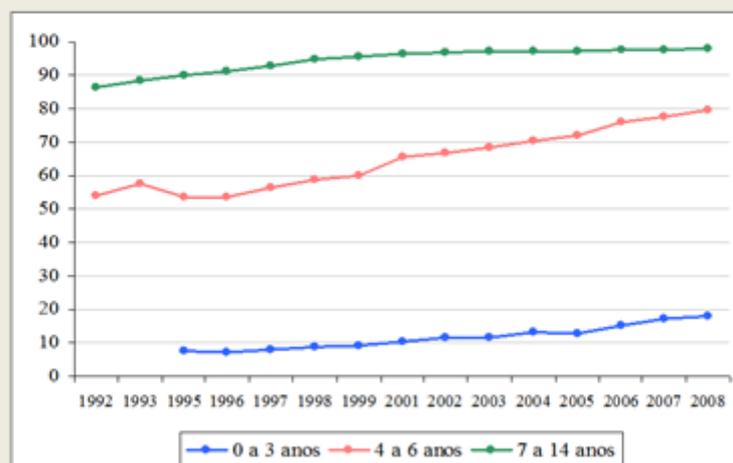
- A procura por alternativas: continuidade da proposta de auto-avaliação das unidades (“Indique” EI); adaptação do documento existente para a supervisão; apoio e orientação aos municípios para monitoramento das redes
- Previsão legal sobre avaliação externa da alfabetização no segundo ano do EF
- Testes de desenvolvimento para crianças de creche (economistas, neurocientistas)
- Documento do GT criado pelo MEC; novo GT e Comissão de Especialistas no INEP (2013)

### 3. A realidade da EI no país



- Para conhecer a qualidade da EI é preciso primeiro considerar as condições de acesso da população a creches e pré-escolas
- Uma educação de qualidade, na perspectiva democrática, não pode ser uma educação para poucos
- Nos últimos 20 anos, a expansão da EI evoluiu positivamente no país, mas o atendimento alcançado ainda apresenta inúmeras desigualdades

## Porcentagem de crianças matriculadas em EI e EF por faixas de idade - Brasil, 1992 - 2008



Fonte: Microdados do PNAD (IBGE). Apud IPEA (2009)

## Taxas de cobertura por região - PNAD 2011 (frequência bruta)

	0 - 3 anos	4 - 5 anos	6 - 14 anos
Brasil	20,8	77,4	98,2
Norte	7,8	65,5	96,5
Nordeste	17,0	83,5	98,1
Sudeste	26,3	81,6	98,7
Sul	27,7	66,9	98,3
Centro-Oeste	15,8	66,3	98,3

## Taxas de cobertura por Distrito - Município de São Paulo - 2011 (Fonte: SEADE, apud Ação Educativa, 2013)

Distritos selecionados	CRECHE	PRÉ-ESCOLA
TOTAL – Mun. São Paulo	26,8%	86,9%
São Lucas	9,5%	59,6%
Tremembé	12,5%	62,9%
Capão Redondo	12,2%	80,1%
Moema	44,9%	118,5%
Tatuapé	49,5%	130,7%

## Desigualdades e contradições

- Grandes desigualdades de acesso entre: áreas rurais e urbanas; níveis de renda per capita; crianças brancas e negras; regiões; bairros
- As pré-escolas apresentam em geral melhores condições do que as creches
- A crescente pressão social por acesso à EI X a garantia de condições básicas de qualidade
- As necessidades prementes das demais etapas da educação X alto custo de creches de tempo integral de boa qualidade
- O respeito à diversidade e a consideração dos contextos locais X equidade social
- O modelo pedagógico preparatório para a escola X o modelo custodial e assistencial para a infância pobre X a pedagogia contemporânea centrada na criança



#### 4. Algumas pistas a partir da literatura contemporânea

##### Argumentos (Penn, 2011)

- A qualidade não é uma abstração, mas um produto de determinadas políticas
- As políticas de EI são moldadas por muitas considerações, muitas das quais nada ligadas a preocupações educacionais
- Dependendo da lógica subjacente, as perspectivas adotadas nas pesquisas, os focos das políticas e os critérios para promover e avaliar a qualidade vão ser diferentes

## As diferentes lógicas que fundamentam políticas, critérios e medidas de qualidade para EI (Penn, 2011)

- Investimento com retornos econômicos (Teoria do Capital Humano)
- Garante boa preparação para a escola
- Educação ao longo da vida para a sociedade do conhecimento
- Participação da mulher na economia
- Incentivo à natalidade
- Atua sobre a pobreza infantil
- Direitos da criança

## Comentários

- O ponto de vista adotado por Helen Penn endossa vários pontos da crítica apresentada por Dahlberg, Moss e Pence (1999) – denúncia do etnocentrismo das concepções dominantes nos países ocidentais desenvolvidos X a importância do contexto cultural e a valorização das diferenças
- Porém, reconhece pertinência na preocupação com a qualidade, no contexto de sociedades desiguais, onde as oportunidades e os riscos não chegam a todos da mesma maneira
- Adota uma posição que valoriza o papel do Estado e situa o debate em um contexto social e político amplo

### Uma revisão das pesquisas sobre o impacto da EI (Leseman, 2009)

- Programas baseados em centros de EI, associados à orientação dos pais das crianças, constituem o tipo de política mais efetivo
- Todas as crianças se beneficiam da EI, mas as crianças de famílias pobres se beneficiam mais
- As pesquisas encontraram resultados mais significativos para a pré-escola do que para a creche (0-2 anos)
- Os currículos centrados na criança proporcionam melhores resultados para a faixa etária abaixo de 5 anos

### Uma revisão das pesquisas sobre o impacto da EI (Melhuish, 2013)

- Impacto da creche (0-2 anos)
  - Depende da qualidade do atendimento
  - Necessidade de focalizar mais de perto os aspectos processuais, como a natureza das interações (quantidade e responsividade)
- Impacto da pré-escola (3-6 anos)
  - Novas pesquisas confirmam o impacto positivo e duradouro da frequência à EI nessa faixa etária

## 5. Dilemas e perspectivas no cenário brasileiro

- Parece importante encontrar algum equilíbrio entre:
  - A pluralidade de concepções sobre EI no debate democrático X direitos e necessidades básicas das crianças pequenas
  - Autonomia das unidades e dos professores X objetivos de equidade social
  - A evolução autônoma das concepções e práticas das equipes de unidades e prefeituras X a necessidade urgente de obter melhorias de qualidade nas redes de EI, que atendem cada vez maior número de crianças

### Como traduzir na prática as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais para a EI?

- Uma concepção de criança
- Uma pedagogia da infância
- Organização dos tempos e espaços
- Trabalho em equipe
- Participação das famílias e da comunidade
- Autonomia e responsabilidade das unidades
- Formação continuada
- Avaliação processual e participativa
- Supervisão, diagnóstico, planejamento e apoio da gestão municipal

## Um caminho: a auto-avaliação da unidade

- Busca por uma concepção alternativa de avaliação da qualidade da educação: indicadores qualitativos, de fácil compreensão, para uso nas unidades, por meio de uma metodologia participativa
- Documentos “Indicadores de Qualidade”: na Educação (2004); na Educação Infantil (2006); nas Relações Raciais (2012); no Ensino Médio (planejado)
- Elaboração, testagem, revisão e monitoramento do uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**: participação ampla de diversos grupos
- Algumas experiências de auto-avaliação com o uso do documento

## Objetivos do documento

- Propiciar um olhar responsável das unidades de EI sobre o seu fazer
- Fortalecer a gestão democrática nas unidades
- Auxiliar as equipes, as famílias e pessoas da comunidade a participar de um processo de auto-avaliação nas unidades de EI
- Ajudar esse coletivo a elaborar um diagnóstico do trabalho realizado na unidade
- Utilizar esse diagnóstico como base para elaborar o plano de ação da unidade (seu projeto político pedagógico)

- Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade
- No documento, eles apresentam a qualidade da instituição em relação a 7 **Dimensões de Qualidade:**
  - 1. Planejamento institucional
  - 2. Multiplicidade de experiências e linguagens
  - 3. Interações
  - 4. Promoção da saúde
  - 5. Espaços, materiais e mobiliários
  - 6. Formação e condição de trabalho dos profissionais
  - 7. Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social

### A metodologia participativa proposta

- Uma reunião de um dia inteiro, com professores, funcionários e pais
- Presença de um mediador sugerido pelo grupo
- Discussões em pequenos grupos e plenária final com o grupo todo
- Utilização de cartazes e fichas contendo os itens a serem avaliados
- Sinais de cores para indicar a avaliação: verde, amarelo e vermelho; uso de lápis/pincéis coloridos e cartões
- Negociação, consensos (e dissensos) sobre avaliação final do grupo na plenária
- Passo seguinte: elaboração do plano de ação/projeto pedagógico da unidade
- Outros usos do documento

## Um diálogo e um contraponto:

- *a qualidade tem uma natureza transacional;*
- *a qualidade tem uma natureza participativa;*
- *a qualidade tem uma natureza auto-reflexiva;*
- *a qualidade tem uma natureza contextual e plural;*
- *a qualidade é um processo;*
- *a qualidade tem uma natureza transformadora.*

» Anna Bondioli, 2004

## Bibliografia citada

- AÇÃO EDUCATIVA. *Educação e desigualdades na cidade de São Paulo*. São Paulo: Ação Educativa, 2013. (Em questão n. 8)
- BONDOLI, Anna (ed.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- CAMPOS, Maria M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cadernos de Pesquisa* n. 148, v. 43, jan./abr. 2013, p. 22 – 43.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. *Beyond quality in early childhood education and care: post-modern perspectives*. Londres, Falmer, 1999.
- IPEA. *PNAD 2008: primeiras análises*. Comunicado da Presidência, n. 32, out.2009.
- LESEMAN, Paul. L'impact d'une offre d'éducation et d'accueil de qualité sur le développement des jeunes enfants: synthèse de la recherche. In: EACEA. *L'éducation et l'accueil des jeunes enfants en Europe*. Bruxelles: Eurydice, 2009.
- MELHUIISH, Edward. Efeitos de longo prazo da educação infantil evidências e política. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, jan./abr.2013.
- PENN, Helen. *Quality in early childhood services: an international perspective*. Columbus: Mc Graw Hill/Open University Press, 2011.
- [www.indicadoreseducacao.org.br](http://www.indicadoreseducacao.org.br)



Fotos – Creches Municipais de Florianópolis  
equipe de pesquisa UFSC/NDI

- Maria Malta Campos
- [mcampos@fcc.org.br](mailto:mcampos@fcc.org.br)
- Fundação Carlos Chagas, São Paulo

## Indicadores da Qualidade na Educação Infantil



SME- II Encontro  
Out/2013

### Roteiro

- Cenário Nacional.
- O que são os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*?
- Qual o objetivo do documento?
- Concepção de avaliação do documento.
- Elaboração do documento.
- Metodologia do documento.
- Debate.

“POR QUE AVALIAÇÃO DA EI?”

“O QUE A AVALIAÇÃO DA EI TEM A VER COM MINHA PRÁTICA COTIDIANA?”

“COMO A AVALIAÇÃO PODE CONTRIBUIR COM A MELHORIA DO ATENDIMENTO NA EI?”

## BREVES NOTÍCIAS DO CENÁRIO NACIONAL

- 2006 – Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil
- 2009/2010 – Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa” (FCC/BID/MEC). (ITERS/ECERS)
- 2010- ASQ-3 (RJ).
- 2012- GT de Avaliação da Educação Infantil (instituído pela Portaria Ministerial nº 1.147/2011).
- 2013- Acordo de Cooperação Internacional entre quatro universidades brasileiras e a universidade italiana de Pavia para Projeto “Formação da Rede em Educação Infantil: (MEC/UFPR/UFMG/UFRI/UEDESC/UNIPV).

## Ages & Stages Questionnaires (ASQ-3)

- ASQ-3 (Jane Squires e Diane Bricker, EUA, 1997)
- Avaliar individualmente as crianças, em cinco domínios:
  1. comunicação,
  2. coordenação motora ampla,
  3. coordenação motora fina,
  4. resolução de problemas e
  5. pessoal/social.

## Recomendação documento GT:

*Para construir uma cultura de avaliação na e da educação infantil e fortalecer a concepção de avaliação participativa associada à definição de um conjunto de indicadores de gestão educacional, cabe ao MEC/SEB divulgar amplamente padrões de qualidade, a partir dos **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**, assegurando sistemática de envolvimento do órgão executivo do respectivo sistema de ensino.*

# Plano Nacional de Educação

- **Meta 1:** “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de 0 a três anos até o final da vigência deste PNE”.
- **Estratégias:** “avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes”.

(BRASIL, Projeto de Lei N.º 8.035/2010, Meta 1, item 1.6)

## A QUALIDADE DA EI NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO E DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS OFICIAIS NO BRASIL

- 1988: Constituição da República Federativa do Brasil
- 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente
- 1993: Política Nacional de Educação Infantil
- 1995: Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças
- 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 1998: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
- 1999: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- 2001: Plano Nacional de Educação
- 2006: Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos
- 2006: Parâmetros Nacionais de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil
- 2006: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
- 2007: Ensino Fundamental de 9 anos – Orientações Gerais
- 2007: Lei do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- 2009: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

# O QUE SÃO OS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil são um instrumento para a autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda comunidade. Ele foi elaborado com base em aspectos fundamentais para a qualidade da Instituição de Educação Infantil, expressos em **7 dimensões**.

DIMENSÃO

INDICADOR

PERGUNTA

## QUAL O OBJETIVO DO DOCUMENTO?

- Este documento foi construído com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na Educação Infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um **potencial transformador**.
- Pretende, assim, ser um instrumento que auxilie os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu **próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças** e ajudem a construir uma sociedade mais democrática.

## CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO DOCUMENTO INDIQUE-EI

Assume-se nesta proposta que a avaliação deve ser concebida e construída com a participação de diversas instâncias e segmentos envolvidos com a educação infantil, possibilitando uma avaliação democrática.

## A discussão da qualidade a partir de alguns referencias:

- Direitos humanos fundamentais.
- Reconhecimento e valorização das diferenças de gênero, étnico-racial, religiosa, cultural e relativas a pessoas com deficiência.
- Valores sociais mais amplos (respeito ao meio ambiente, cultura de paz, busca por relações humanas mais solidárias).
- Legislação educacional brasileira.
- Conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento infantil, cultura da infância, cuidar/educar, formação de profissionais.

## ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

- Coordenação conjunta: MEC/SEB, Ação Educativa, Fundação Orsa, Undime e Unicef.
- Grupo Técnico (representantes de entidades, fóruns, conselhos, professores, gestores, especialistas e pesquisadores da área)
- 8 seminários regionais (PA/SC/RJ/BA/MS/SP).
- Pré-teste (22 instituições: Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Paraná).
- 1ª tiragem: 10.000 / 2ª tiragem: 310.000.
- Não obrigatoriedade do documento.

# METODOLOGIA DO DOCUMENTO



## Definição coordenador e relator

- **Coordenador:** cuidará para que todas as perguntas sejam respondidas no tempo previsto, buscando chegar depois da discussão, a consensos sobre a situação da instituição, ajudará o grupo no processo de compreensão da atribuição de cores.
- **Relator:** tomará notas e elaborará o quadro-síntese e expor na plenária o resultado da discussão do grupo.

As perguntas presentes no documento referem-se a **ações, atitudes ou situações** que mostram como está a instituição em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta será discutida pelo grupo e receberá uma cor: verde, amarelo ou vermelho



Caso o grupo avalie que **essas ações, atitudes ou situações existem** e já estão consolidadas na instituição, deverá atribuir a elas a cor verde, indicando que o processo de melhoria já está num bom caminho.



Se, na instituição, essas atitudes, práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não estão consolidadas, o grupo lhes atribuirá a cor amarela, o que indica que elas merecem cuidado e atenção.



Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações não existem na instituição, atribuirá a elas a cor vermelha. A situação é grave e merece providências imediatas

## DIMENSÃO 1:

### PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL



#### INDICADOR 1.1. Proposta pedagógica consolidada



1.1.1. A instituição tem uma proposta pedagógica em forma de documento, conhecida por todos?



1.1.2. A proposta pedagógica foi elaborada e é periodicamente atualizada com a participação das professoras, demais profissionais e famílias, considerando os interesses das crianças?



1.1.3. A proposta pedagógica estabelece diretrizes para valorizar as diferenças e combater a discriminação entre brancos, negros e indígenas, homens e mulheres e pessoas com deficiências?

## Plano de ação

Dimensão	Indicador	Problemas	Ações	Responsáveis	Prazo

## Como utilizar o Indique-EI passo a passo



## Para saber mais...

- Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação).
- Monitoramento do uso dos indicadores da Qualidade na educação infantil (Portal MEC).
- Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites (*Bruna Ribeiro*).
- *A qualidade na Educação Infantil: Uma experiência de autoavaliação em creches da cidade de São Paulo.* (dissertação de mestrado/*Bruna Ribeiro*).
- Avaliação "na" e "da" Educação Infantil (no prelo).

OBRIGADA!

ribruna@gmail.com

## AUTOAVALIAÇÃO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA

**Reunião 26 de fevereiro de 2014.**

### **Objetivos:**

- Apresentar as etapas realizadas em 2013 do Projeto de aplicação do documento de autoavaliação de unidades de Educação Infantil: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.
- Conhecer outras experiências brasileiras que utilizam a avaliação institucional participativa.
- Realizar balanço e troca de experiências entre as DREs.
- Pactuar as próximas etapas.

### **Pauta**

#### **09h00 Abertura**

**9h30 - Apresentação “Autoavaliação da qualidade na Educação Infantil:** Utilizando o documento Indicadores da qualidade na educação infantil em EMEIs, CEIs e CEMEI da rede municipal de São Paulo”. - **Leitura de relato de experiência de uma UE.**

*Consultoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Malta Campos e Prof.<sup>a</sup> Ms. Bruna Ribeiro*

#### **10h10 - Perguntas e debate**

#### **10h30 - Café**

**10h50 - Apresentação das etapas 2013/2014 do Projeto de aplicação do documento de autoavaliação de unidades de educação infantil: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.**

*Apresentação das etapas já realizadas no 2º sem/2013 e os próximos passos para 2014.*

*Equipe: DOT-EI SME*

#### **11h20 - Planejamento do III momento<sup>1</sup>**

*Apresentação pauta do III momento.*

*Trabalho em pequenos grupos (discussão da proposta de pauta e questões norteadoras para as reuniões de troca de experiências).*

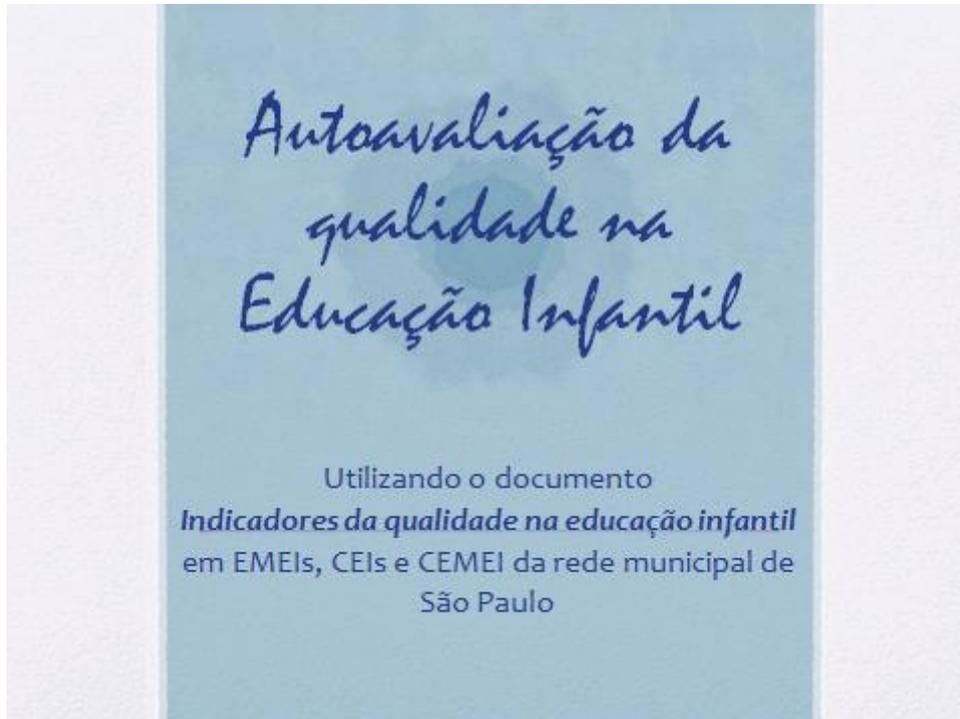
#### **12h00 - Socialização das discussões em plenária**

*Encaminhamentos e combinados (datas e registro no III momento).*

#### **13h00 - Avaliação do encontro e encerramento**

---

<sup>1</sup> Troca de experiências entre as unidades participantes.



## Reflexões de Anna Bondioli (2010)

- A participação é um tema complexo e coloca questões difíceis de responder
  - De quem é a responsabilidade pelo processo educativo?
  - Quem deve estar envolvido nele?
  - O que significa participar?
  - Quais vozes têm direito de ser ouvidas e porque?
- Condições para a construção de uma qualidade da educação negociada e significativa
  - recrutamento de todos os interessados
  - todos precisam ter voz no processo
  - estímulo para diálogo e negociação
  - apropriação dos resultados pelo grupo
  - reflexão e atribuição de sentido pelo grupo
  - compartilhamento de responsabilidades e decisões

## Antecedentes e contexto das propostas de avaliação institucional participativa da educação no país

### ANTECEDENTES

- Sistemas de avaliação de aprendizagem de alunos: SAEB, IDEB, ENEM, Prova (anos 90)
- Utilização de resultados para medidas de política educacional
- Constatação da falta de articulação com o trabalho desenvolvido nas escolas
- Consulta sobre qualidade da educação na escola (2002)
- Busca de caminhos alternativos
- SINAES adotado para avaliar o ensino superior

### PROPOSTAS E INICIATIVAS NO PAÍS – Educação Básica

- Avaliação Institucional Participativa: LOED - Unicamp/ Prefeitura de Campinas (2002 – 2010; SOUZA, 2012)
- Outras experiências de AIP: Ceará (1996-9); Paraná (2004-6); Rio Grande do Sul (2011-4); Igrejinha, RS (2004-8)
- Elaboração e Publicação dos IQE – UNICEF/PNUD/Ação Educativa/MEC (2005-2005)
- Experiências com IQE: Bahia; Itulubata; Suzano; Cuiabá

### PROPOSTAS E INICIATIVAS NO PAÍS – Educação Infantil

- Critérios de qualidade e Parâmetros de qualidade – MEC/COEDI
- Consulta sobre qualidade da educação infantil (2006)
- Elaboração e Publicação dos IQEI – UNICEF/Ação Educativa/MEC (2009)

## Fundamentos da metodologia adotada nos IQE e IQEI

- Os indicadores de qualidade propõem uma metodologia de realização de avaliação institucional participativa em escolas de educação básica
- A avaliação institucional participativa é uma forma de avaliação de processo, realizada no contexto das unidades, com participação ampla, tendo como objetivos
  - realizar um diagnóstico do trabalho educativo desenvolvido
  - fixar prioridades para um plano de ação que leve a melhorias de qualidade na unidade
  - construir uma cultura de avaliação e planejamento participativos
  - incentivar práticas de gestão democrática
  - valorizar o protagonismo dos atores escolares no processo de melhoria da qualidade da educação
- Os documentos IQE e IQEI foram desenvolvidos com os seguintes objetivos
  - Construir indicadores de qualidade sintéticos e de fácil compreensão, de forma a envolver os diferentes atores da comunidade escolar
  - Oferecer uma metodologia que permita à comunidade reunida avaliar sua realidade, identificar prioridades, estabelecer e implementar planos de ação e monitorar seus resultados

## Alguns resultados de pesquisa sobre a utilização dos IQE

- Vanda M. Ribeiro e Joana B. B. Gusmão, 2010 (pesquisa em 2007-8)
  - Contato com 14 secretarias; entrevistas com 9; visitas a 3 com experiências mais consolidadas: Bahia, Ituiutaba, Suzano
  - Simplicidade: diferenças entre saberes de profissionais e pais
  - Rigor/precisão: fatores que levam à parcialidade (explicações aos pais/dificuldade para lidar com tensões e conflitos)
  - Utilidade: mudanças positivas na participação dos pais; incide sobre a gestão democrática; melhor comunicação entre unidades e secretaria, com maior clareza dos respectivos papéis; melhorias na infraestrutura das escolas; nem todos prosseguiram até a elaboração de planos
  - Factibilidade: prever tempo adequado e apoio da secretaria; o material, por si só, não é suficiente para desencadear o processo
  - Tensões subjacentes: receio de controle externo; resistência à participação das famílias; resistência à avaliação

## Alguns resultados de pesquisa sobre a utilização dos IQEI

- Bruna Ribeiro, 2013 (pesquisa em 2009)
  - 4 creches conveniadas da cidade de SP
  - Tipo de participação por segmento
    - Ativa: diretores, coordenadores pedagógicos, professores
    - Reservada: auxiliares de enfermagem; cozinheiras; auxiliares; pais
    - Passiva: atendentes gerais
  - Tipo de envolvimento
    - entusiasmo dos pais e maior interesse dos funcionários
    - resistências de alguns segmentos (diferenças entre as 4 unidades)
  - Grupos detêm poderes desiguais

# A proposta de DOT - EI

- **Momento 1 - I Seminário regional qualidade e avaliação na educação infantil**
  - Apresentação da proposta de utilização dos IQEI aos supervisores escolares e representantes das unidades
  - Inscrição das unidades interessadas
- **Momento 2 - Formação dos mediadores nas DREs**
- **Momento 3 – Socialização das experiências nas DREs**
- **Momento 4 – II Seminário qualidade e avaliação na educação infantil**
  - Apresentação da experiência da rede municipal de EI de SP
  - Diálogo com outras experiências realizadas no país
- **Momento 5 – Constituição de grupos de trabalho para elaboração dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista**

## Unidades participantes

(inclui previsão para 2014)

- EMEIs, CEIs diretos e conveniados e CEMEI\* participantes em cada momento

	n	Momento I	Momento II	Aplic. 2013	Prev. 2014	Total prev.	% de n
EMEI*	528	348	155	57	96	153	28,9
CEI DIRETO	359	238	177	44	74	118	32,9
CEI CONV.	1253	492	146	60	110	170	13,6
TOTAL	2140	1078	418	161	280	441	20,6

## Unidades participantes por DRE

(inclui previsão para 2014)

	BT	CL	CS	FB	G	IP	IQ	JT	MP	PE	PJ	SA	SM	Tot
n	99	190	136	182	252	187	184	124	188	160	186	113	139	2140
2013	26	15	5	6	40	0	6	7	6	13	28	0	9	161
2014	12	17	4	0	105	32	12	12	0	19	0	35	32	280
Tot.	38	32	9	6	145	32	18	19	6	32	28	35	41	441
% n	38,4	16,8	6,6	3,3	57,5	17,1	9,8	15,3	3,2	20,0	15,1	30,9	29,5	20,6

## Bibliografia citada

- BONDIOLI, A.; SAVIO, D. Participação e qualidade em Educação da Infância: Percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Curitiba: Ed. UFPR, 2013 (Cap. 1).
- RIBEIRO, Bruna. Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites. *Revista Educação*, PUC/Campinas, v. 18, n. 1, jan./abr. 2013, p. 65-74.
- RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. B. Uma leitura dos usos dos Indicadores da Qualidade na Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/Fundação Carlos Chagas, v.40, n.141, p. 823-847, set./dez. 2010.
- RIBEIRO, Vera M.; RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/Fundação Carlos Chagas, v.35, n.124, p. 227-254, jan./abr. 2005.
- SOUZA, Eliana S. Avaliação institucional na rede municipal de Campinas: experiências e desafios na condução da implementação. IN: Sordi, M. R. L.; Souza, E. S. (orgs.) *A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: o processo de implementação na rede municipal de Campinas em destaque*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Educação. 2012. (vol.2)



Maria Malta Campos  
Fevereiro, 2014

---

[mcampos@fcc.org.br](mailto:mcampos@fcc.org.br)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Diretoria de Orientação Técnica – DOT Educação Infantil

**AUTOAVALIAÇÃO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

- **Relato das etapas realizadas durante o 2º semestre de 2013**

Contexto

Dentre as ações realizadas no âmbito de DOT-EI no ano de 2013, foram realizados sete encontros descentralizados *do I Seminário Regional Qualidade e Avaliação na Educação Infantil*, abrangendo equipes das 13 DREs da capital e diretores e coordenadores pedagógicos de CEIs e EMEIs, tanto de unidades diretas, como de indiretas e conveniadas.

Nesses seminários, foram realizadas duas apresentações<sup>2</sup>: a coordenadora de DOT-EI Sonia Larrubia Valverde apresentou a *Proposta de uma política de educação infantil para a cidade de São Paulo*, abordando as concepções de criança, de infância, de educação infantil e da pedagogia da infância que fundamentam as propostas de currículo, formação e avaliação na educação infantil do município; e a assessora de DOT-EI, Maria Malta Campos, apresentou *Questões sobre a qualidade na educação infantil*, discutindo a evolução distinta das concepções sobre qualidade e avaliação nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental e resumindo as principais propostas de avaliação em discussão hoje no país. Em seguida, foi apresentado um vídeo<sup>3</sup>, de autoria de Bruna Ribeiro, que descreve a aplicação da autoavaliação com apoio do documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, em quatro CEIs conveniados com a PMSP.

Projeto de aplicação do documento de auto avaliação de unidades de educação infantil, *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*

Ao final das apresentações, foi sugerido às equipes das unidades a utilização do documento publicado pelo MEC em 2009 e já em uso em diversas redes do país, *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, que propõe a realização de uma experiência de autoavaliação institucional participativa das unidades. Essa proposta, que ganhou um melhor contorno a partir de um primeiro encontro realizado com os supervisores escolares da rede, como disparador do debate que precedeu os seminários regionais. As Unidades Educacionais

<sup>2</sup> Os vídeos das apresentações estão disponíveis em: <http://www.youtube.com/watch?v=PizyW1RoKEg>

<sup>3</sup> Vídeo sobre a utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7ak1TkrPfJE>

foram incentivadas a aderirem a utilização dos Indicadores voluntariamente. As equipes de cada DRE fixaram prazos para que as unidades que desejassem se inscrevessem e, para estas, foi oferecida uma formação realizada com a assessoria de Bruna Ribeiro.

Neste II momento de formação, também descentralizado, foi abordado o processo de elaboração, a estrutura e a metodologia participativa proposta no documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. A concepção de avaliação expressa, bem como a logística necessária para sua utilização, foram também focalizadas no debate, que culminou em uma dinâmica de grupo que explorava a metodologia proposta no documento.

O documento do MEC faz parte de um conjunto<sup>4</sup> de Indicadores da Qualidade na Educação, que “foram desenvolvidos com o objetivo de construir e disseminar um conjunto de indicadores educacionais qualitativos, de fácil compreensão, capaz de envolver os diferentes atores da comunidade escolar – estudantes, professores/as, gestores/as, familiares, funcionários/as, representantes de organizações e movimentos sociais etc. – em torno de uma avaliação participativa. Na perspectiva de criar condições efetivas para a democratização da escola, a metodologia foi concebida para que a comunidade reunida possa avaliar sua realidade, identificar prioridades, estabelecer e implementar planos de ação e monitorar seus resultados.”

O projeto de autoavaliação das unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo encontra-se em diferentes estágios de desenvolvimento nas diversas DREs e unidades. Para facilitar o entendimento da proposta, a seguir estão explicitados os diversos momentos previstos para esse trabalho.

#### Plano de trabalho 2013/2014

<b>Etapas</b>	<b>Momento</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Participantes</b>	<b>Período</b>
<b>I Seminário Qualidade e Avaliação na Educação Infantil</b>	<b>I</b>	Apresentar proposta de uma política de educação infantil para a cidade de São Paulo discorrendo sobre o papel da avaliação na melhoria da qualidade da EI.	Equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas da rede municipal.	out a dez/2013

---

<sup>4</sup>Para saber mais acesse: [www.indicadoreseducacao.org.br](http://www.indicadoreseducacao.org.br)

	<b>II</b>	Apoiar com subsídio teórico e prático as unidades diretas, indiretas e conveniadas que optaram pela realização da autoavaliação proposta no documento <i>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</i> , por meio de uma formação para orientar a autoavaliação nas unidades.	Equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas que optaram pela realização da autoavaliação.	nov a dez/2013
	<b>III Momento</b>	Socializar as experiências de autoavaliação realizadas pelas unidades de EI que utilizaram a metodologia proposta no documento <i>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</i> , de forma a: 1. Trocar experiências e sugestões para a continuidade do processo 2. Selecionar problemas identificados na autoavaliação cujos encaminhamentos não estão no âmbito das unidades, demandando ações para DRE/SME.	Equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas que realizaram a autoavaliação com apoio dos <i>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</i> .	Mar a abril/2014
<b>II Seminário Qualidade e Avaliação na Educação Infantil</b>	<b>I</b>	Apresentar os dados da experiência de utilização dos <i>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</i> dialogando com outras experiências realizadas no país.	Equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas do município de São Paulo.	agost a set/2014

## Esclarecimentos

A proposta de auto avaliação participativa, adotada no documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, constitui uma modalidade de avaliação institucional participativa que visa incentivar:

- o fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade educacional;
- o diálogo entre educadores e familiares das crianças atendidas;
- o incentivo a práticas de gestão democrática na unidade;
- o fortalecimento da articulação entre as equipes de DRE e das Unidades Educacionais;
- a contínua reflexão coletiva para o aprimoramento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;
- a melhoria da qualidade social da educação infantil paulistana.

O projeto não visa nem prevê a comparação de resultados entre unidades e/ou a divulgação de resultados discutidos no âmbito das autoavaliações realizadas nas unidades para outros públicos. Obtidos por meio de procedimentos qualitativos e negociados entre os vários segmentos que participam do processo, esses resultados adquirem sentido apenas para aquele contexto e aquele momento; a mesma equipe, em momentos diferentes, pode chegar a resultados diversos; unidades com diferentes tipos de desafios podem obter resultados com distintos significados, os quais não podem ser utilizados sem consideração daqueles contextos específicos.

### **PARA SABER MAIS**

*Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic\\_qualit\\_educ\\_infantil.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf)

*Informações sobre a coleção Indicadores da Qualidade na Educação composta pela 4ª edição dos Indicadores da Qualidade na Educação - Ensino Fundamental (2013), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), e Os Indicadores Relações Raciais na Escola (2013)*. Disponível em: <http://www.indicadoreseducacao.org.br>

RIBEIRO, Bruna. Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites. *Revista de Educação*. PUC/Campinas, 18 (1), p. 65-74, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/issue/view/275>

### **QUESTÕES NORTEADORAS PARA DEBATE**

Em grupo, procure discutir as questões apresentadas abaixo, buscando identificar as semelhanças e singularidades das experiências autoavaliativas vivenciadas nas UEs.

- 1. Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação ocorrido em sua UE?**
- 2. E quais os potenciais identificados?**
- 3. Como os diferentes segmentos reagiram diante da proposta de realização de uma autoavaliação participativa e negociada?**
- 4. Como a metodologia do uso das cores foi assimilada e recebida pelo grupo de sua UE? As perguntas foram facilmente compreendidas?**
- 5. Como as diferenças de opiniões eram resolvidas e encaminhadas nos pequenos grupos e plenárias?**

## RELATO DA AUTOAVALIAÇÃO

Caro(a) diretor(a) e coordenador(a) pedagógico(a)

Sua unidade educacional participou de um processo de avaliação ainda novo e pouco debatido no Brasil: trata-se de autoavaliações participativas e negociadas entre os diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com o cuidar/educar crianças pequenas.

Para construir esse processo de forma consistente e ouvindo as impressões de quem vivenciou esta atividade, pedimos sua colaboração nos contando resumidamente (em 1, 2 folhas no máximo) como foi o processo vivenciado em sua unidade<sup>5</sup>. Fique a vontade para destacar aspectos que você considera que foram importantes no processo.

Lembramos apenas que as demandas serão acolhidas e debatidas no 3º momento de formação, por isso não precisam aparecer neste espaço. A ideia é relatar suas impressões gerais sobre o processo de autoavaliação vivenciado em sua unidade.

O relato deve ser trazido pronto no dia do 3º momento e não é preciso identificar seu nome nem o de sua escola, apenas se assim o desejar. Pedimos apenas que indique a que Diretoria pertence.

*Agradecemos por sua colaboração!*

*Equipe DOT-EI*

---

<sup>5</sup> Você pode contar sobre detalhes da organização prévia do evento, os desafios e os potenciais identificados no processo e na autoavaliação em si e o que mais você julgar relevante.

Anexo H: Quadro síntese demandas

**QUADRO SÍNTESE**

Em grupo, procurem preencher o quadro abaixo, identificando as demandas e seus respectivos responsáveis pelas questões levantadas na autoavaliação realizada em sua unidade cujas soluções não dependem unicamente da equipe de sua UE.

<b>Entidade mantenedora DRE</b>	
<b>DRE</b>	
<b>DOT-EI (SME)</b>	
<b>Outros setores SME</b>	
<b>Outros (Conselhos Tutelares, parceria com saúde, etc.)</b>	

Anexo I: Componentes comissão ampliada para escrita dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

Adriana Ferreira Daffre ..... DRE São Miguel  
Alessandra Arrigoni ..... SME/DOT Educação Infantil  
Aline Dias Nascimento ..... Pesquisadora PUC/SP  
Ana Maria Silveira ..... EMEI Profa. Dinah Galvão  
Bruna Ribeiro ..... Assessora SME/DOT Educação Infantil  
Carolina de Paula Teles Duarte ..... DRE Campo Limpo  
Cinthia Bettoi Pais..... DRE Ipiranga  
Creusa Candida dos Santos Silva ..... DRE Capela do Socorro  
Cristiane Damasceno Nunes de Carvalho..... DRE São Miguel  
Edilene de Cássia Zambrana Ferrel Ribeiro.... EMEI Olga Benário Prestes  
Elaine Cristina Ferreira da Conceição ..... DRE Itaquera  
Elza Maria Prestes da Silva ..... DRE Butantã  
Fernanda Carvalho Hashizume Demori ..... DRE Santo Amaro  
Fernanda Santos de Andrade Albuquerque ..... DRE Capela do Socorro  
Ivone Mosolino ..... SME/DOT Educação Infantil  
Izabel Cristina Ferreira da Conceição ..... EMEI Profa. Laura da Conceição P. Quintaes  
Kelly Cristina Graciano Silva ..... DRE Freguesia/Brasilândia  
Lidia Silva Guimaraes Godoi ..... CEI Cidade de Genebra  
Lourdes Pereira de Queiroz Secanechia..... DRE Guaianases  
Lucilene de Lucca Marini ..... MEI Pérola Ellis Byington  
Marcia de Castro Ferreira dos Santos..... CEI Suzana Campos de Tauil  
Marcia Regina Jorge ..... DRE Penha  
Margarida de Sousa Barbosa ..... EMEI Profa. Laura da Conceição P. Quintaes  
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende..... CEU EMEI Navegantes  
Maria Machado Malta Campos ..... Assessora SME/DOT Educação Infantil  
Maria Matilde Florio Costa ..... DRE Jaçanã/Tremembé  
Marilene Sales de Melo ..... EMEI Prof. Celso de Sousa Oliveira

Marina Célia Moraes Dias ..... Consultora MEC/SEB/COEDI  
Marina Machado da Rocha ..... SME/DOT Educação Especial  
Mônica Capmany Vieira Navarrette ..... CEU EMEI Navegantes  
Patrícia da Silva ..... SME/DOT Educação Infantil  
Renata Cristina Dias Oliveira ..... CEU Alvarenga - Núcleo Educacional  
Renata Glória Cunha ..... SME/DOT Educação Infantil  
Rosângela Gurgel Rodrigues ..... SME/DOT Educação Infantil  
Shirley Maria de Oliveira ..... CEI Suzana Campos de Tauil  
Sonia Larrubia Valverde ..... SME/DOT Educação Infantil  
Vera Tomasulo Bruno ..... DRE Pirituba  
Viviane de La Nuez Cabral ..... SME/DOT Educação Infantil  
Zélia de Jesus Silva Rosa ..... CEI Jardim Eledy

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Diretoria de Orientação Técnica – DOT Educação Infantil

**QUESTIONÁRIO PARA UNIDADES QUE REALIZARAM A AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTA NO  
DOCUMENTO INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Caro(a) diretor(a) e coordenador(a) pedagógico(a)**

Agradecemos sua disponibilidade em responder a este questionário.

Ele tem por objetivo levantar dados que auxiliem no registro do processo de autoavaliação em curso no município de São Paulo. Acreditamos que esta experiência diagnóstica e participativa tem potencial para produzir elementos que não só auxiliem sua unidade de educação infantil a obter melhorias de qualidade e contribuam para a construção dos *Indicadores de Qualidade da Educação infantil Paulistana*, como também colaborem com a discussão sobre a questão da qualidade da educação infantil no Brasil. Uma experiência como esta, realizada em uma rede tão extensa como a de São Paulo, ganha uma importância que transcende os limites de nossa cidade.

Por isso sua opinião é fundamental! Os resultados deste levantamento serão organizados e apresentados aos participantes. No entanto, seu nome e o de sua unidade educacional **não** aparecerão em nenhum lugar. É garantido o anonimato a todos os participantes. As informações serão analisadas em conjunto, de forma a tirar lições desse trabalho tão significativo realizado pelos participantes da autoavaliação proposta por DOT-EI.

*Agradecemos sua colaboração!*

**1. Assinale a Diretoria Regional de Educação/DRE a qual sua unidade educacional (UE) pertence:**

- |   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Butantã                    | <input type="checkbox"/> Santo Amaro |
| <input type="checkbox"/> Campo Limpo                | <input type="checkbox"/> São Mateus  |
| <input type="checkbox"/> Capela do Socorro          | <input type="checkbox"/> São Miguel  |
| <input type="checkbox"/> Freguesia do Ó/Brasilândia |                                      |
| <input type="checkbox"/> Guaianases                 |                                      |
| <input type="checkbox"/> Ipiranga                   |                                      |
| <input type="checkbox"/> Itaquera                   |                                      |
| <input type="checkbox"/> Jaçanã/Tremembé            |                                      |
| <input type="checkbox"/> Penha                      |                                      |
| <input type="checkbox"/> Pirituba                   |                                      |

**2. Sua UE é:**

- CEI direto  Creche/CEI particular conveniado  
 EMEI  CEMEI

**3. Sua UE realizou a autoavaliação proposta no documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (Indique-EI) em:**

- 2013  2014

**4. Sua UE participou do I Seminário?**

- Sim  Não

**5. Sua UE participou do 2º momento de formação promovido por DOT-EI?**

- Sim  Não

**6. Qual foi a reação inicial da equipe da UE em relação à proposta de utilização do documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*? (Marque a alternativa que melhor corresponde a primeira reação de seu grupo)**

- Achou a proposta interessante e não viu nenhum empecilho para sua realização.  
 Achou a proposta interessante mas achou que tinham pouco tempo para organizar.  
 Achou a proposta interessante mas preferiu em um primeiro momento fazer internamente sem a participação dos pais.  
 O grupo resistiu e foi preciso muito empenho da gestão para convencê-lo a participar.  
 Outro: \_\_\_\_\_.

**7. Sua UE já havia realizado a autoavaliação proposta no documento Indique-EI?**

- Não e a maioria do grupo não conhecia o documento.  
 Não, mas a maioria do grupo já conhecia o documento.  
 Sim.

Se sim, você pode relatar brevemente quando e como foi?

---

---

**8. As pessoas que participaram das formações (momento I e II) foram as mesmas que organizaram e lideraram o processo de autoavaliação na UE?**

- Sim, foram as mesmas.  
 Não foram as mesmas mas o fato não interferiu na realização da autoavaliação.  
 Não foram as mesmas e o fato interferiu negativamente na realização da autoavaliação.

**9. Como as famílias e a comunidade foram convidadas a participar da autoavaliação?**

(Marque quantas alternativas, julgar necessário).

- Reunião.
- Carta-convite.
- Cartazes na UE.
- Blog da UE.
- Outros: \_\_\_\_\_.

**10. Quais foram os segmentos que participaram da autoavaliação em sua UE? (Marque quantas alternativas julgar necessário).**

- Diretor(a)
- Coordenador(a) Pedagógico(a)
- Professores(as)
- Agente Técnico Escolar/ ATE
- Cozinheiras
- Atendentes gerais
- Supervisores(as)
- Familiares
- Pessoas da comunidade, além dos familiares
- Representantes da Entidade/Associação mantenedora da UE.
- Representantes da DRE
- Outros: \_\_\_\_\_.

**11. Em sua opinião, como os diferentes segmentos, no geral, participaram do processo autoavaliativo? Responda com base na legenda abaixo sobre os 3 tipos de participação:**

**Ativa:** Alto grau de envolvimento e capacidade de influenciar a tomada de decisão dos demais.

**Reservada:** Grau de envolvimento mediano: embora não totalmente alheio, não atuou diretamente na defesa desta ou daquela ideia, preferindo esperar outras pessoas ou grupos se manifestarem.

**Passiva:** Não envolvimento ou envolvimento mínimo (sem expressão na ação), embora tenha estado presente durante a atividade.

Segmento	Tipo de participação predominante		
	Ativa	Reservada	Passiva
1. Diretor(a)	( )	( )	( )
2. Coord. Pedagógico(a)	( )	( )	( )
3. Professores(as)	( )	( )	( )
4. Agente Técnico Escolar/ATE	( )	( )	( )
5. Atendentes gerais	( )	( )	( )
6. Cozinheiras	( )	( )	( )
7. Familiares	( )	( )	( )
8. Outros:	( )	( )	( )

**12. Quais os principais desafios identificados no processo de autoavaliação participativa?**

---

---

---

**13. E quais os principais potenciais ou possibilidades?**

---

---

---

**14. Em sua opinião, as ETAPAS da autoavaliação (pequenos grupos, plenária e plano de ação) foram facilmente compreendidas pela maioria do grupo?**

( ) Sim

( ) Não. Comente: \_\_\_\_\_

( ) Em parte. Comente: \_\_\_\_\_

**15. Em sua opinião, como o ENUNCIADO DAS QUESTÕES foi compreendido pelos diferentes segmentos:**

Segmento	Nível de compreensão do enunciado das questões		
	Compreendia com facilidade	Compreensão razoável	Grande dificuldade para compreensão
1. Diretor(a)	( )	( )	( )
2. Coord. Pedagógico(a)	( )	( )	( )
3. Professores(as)	( )	( )	( )
4. Agente Técnico Escolar/ATE	( )	( )	( )
5. Atendentes gerais	( )	( )	( )
6. Cozinheiras	( )	( )	( )
7. Familiares	( )	( )	( )
8. Outros:	( )	( )	( )

**15.1 Que tipo de enunciado/questão causou maior dificuldade de compreensão?**

---

---

**16. Em sua opinião, como a metodologia de ATRIBUIÇÃO DE CORES AOS INDICADORES foi compreendida pelos diferentes segmentos:**

Segmento	Nível de compreensão da metodologia dos INDICADORES		
	Compreendida com facilidade	Compreensão razoável	Grande dificuldade para compreensão
1. Diretor(a)	( )	( )	( )
2. Coord. Pedagógico(a)	( )	( )	( )
3. Professores(as)	( )	( )	( )
4. Agente Técnico Escolar/ATE			
5. Atendentes gerais	( )	( )	( )
6. Cozinheiras	( )	( )	( )
7. Familiares	( )	( )	( )
8. Outros:	( )	( )	( )

**16.1 Houve necessidade de adaptações? Quais?** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**17. Em sua opinião, o SIGNIFICADO DAS CORES (vermelho, amarelo e verde) proposto pelo Indique-EI foi assimilado e usado de forma adequada pelos diferentes segmentos:**

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Comente: \_\_\_\_\_  
 ( ) Em parte. Comente: \_\_\_\_\_

**18. Em sua opinião, o formato de autoavaliação proposto pelo Indique-EI e a organização necessária para sua realização:**

- ( ) É bem detalhado, mas facilita a organização do trabalho.  
 ( ) É interessante, mas precisaria estar melhor explicado.  
 ( ) Exige muito e sobrecarrega a equipe gestora.  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**19. A partir da experiência realizada em sua UE, você sentiu falta de algum indicador, dimensão ou pergunta? Quais?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**20. Como os participantes da autoavaliação avaliaram o processo vivenciado?**

- ( ) No geral, avaliaram positivamente.  
 ( ) Houve algumas avaliações negativas.  
 ( ) Avaliaram de forma negativa, pois gerou muitos conflitos.  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**21. O processo gerou alguma expectativa no grupo? Quais?**

---

---

**22. Sua UE realizou o plano de ação?**

- ( ) Sim, no mesmo dia da autoavaliação.
- ( ) Sim, em outro dia.
- ( ) Planeja realizar em 2014.
- ( ) Não decidiu sobre esta etapa ainda.

**23. Que segmentos participaram da elaboração do plano de ação? (Marque quantas alternativas julgar necessário).**

- ( ) Não realizamos ainda o Plano de Ação.
- ( ) Diretor(a)
- ( ) Coordenador(a) Pedagógico(a)
- ( ) Professores(as)
- ( ) Agente Técnico Escolar/ ATE
- ( ) Cozinheiras
- ( ) Atendentes gerais
- ( ) Supervisores(as)
- ( ) Familiares
- ( ) Pessoas da comunidade, além dos familiares
- ( ) Representantes da Entidade/Associação mantenedora da UE.
- ( ) Representantes da DRE
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_.

**24. O processo de autoavaliação orientou o processo de elaboração/revisão do Projeto Político Pedagógico/PPP de sua UE?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**25. Em sua opinião, como essa experiência de aplicação dos indicadores pode contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado em sua UE? Comente.**

---

---

---

**26. Deseja expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?**

---

---

---

*Obrigada por sua contribuição!*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Diretoria de Orientação Técnica – DOT Educação Infantil

**QUESTIONÁRIO PARA DREs**

**Cara equipe DOT-P**

Agradecemos sua disponibilidade em responder a este questionário.

Ele tem por objetivo levantar dados que auxiliem no registro do processo de autoavaliação em curso no município de São Paulo. Acreditamos que esta experiência diagnóstica e participativa tem potencial para produzir elementos que não só auxiliem as unidades de educação infantil a obter melhorias de qualidade e contribuam para a construção dos *Indicadores de Qualidade da Educação infantil Paulistana*, como também colaborem com a discussão sobre a questão da qualidade da educação infantil no Brasil. Uma experiência como esta, realizada em uma rede tão extensa como a de São Paulo, ganha uma importância que transcende os limites de nossa cidade.

Para uma melhor documentação dessa experiência, gostaríamos de obter algumas informações sobre o processo de divulgação da proposta de autoavaliação e mobilização das unidades para uso do Indique-EI desenvolvido em sua DRE.

*Agradecemos sua colaboração!*

**1. Assinale a Diretoria Regional de Educação/DRE a qual pertence atualmente:**

- ( ) Butantã
- ( ) Campo Limpo
- ( ) Capela do Socorro
- ( ) Freguesia do Ó/Brasilândia
- ( ) Guaianases
- ( ) Ipiranga
- ( ) Itaquera
- ( ) Jaçanã/Tremembé
- ( ) Penha
- ( ) Pirituba
- ( ) Santo Amaro
- ( ) São Mateus
- ( ) São Miguel

**2. Como foi feita a divulgação para as UEs do 1º seminário sobre Qualidade e Avaliação na EI oferecido pela DOT-EI? (Assinale quantas alternativas julgar necessário):**

<b>UNIDADES DIRETAS</b>	<b>UNIDADES CONVENIADAS</b>
<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.	<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.
<input type="checkbox"/> Email.	<input type="checkbox"/> Email.
<input type="checkbox"/> Telefonemas.	<input type="checkbox"/> Telefonemas.
<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.	<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.
<input type="checkbox"/> Outros. Quais:	<input type="checkbox"/> Outros. Quais:

**3. Como foi organizado o processo de mobilização das unidades diretas e conveniadas na sua DRE para a participação e adesão à autoavaliação, após o 1º seminário?**

---

---

---

**4. Como foi feita a divulgação para as UEs do 2º momento de formação oferecido pelo DOT-EI às unidades que aderiram à proposta de realização da autoavaliação com uso do Indique-EI? (Assinale quantas alternativas julgar necessário):**

<b>UNIDADES DIRETAS</b>	<b>UNIDADES CONVENIADAS</b>
<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.	<input type="checkbox"/> Presencialmente em reuniões.
<input type="checkbox"/> Email.	<input type="checkbox"/> Email.
<input type="checkbox"/> Telefonemas.	<input type="checkbox"/> Telefonemas.
<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.	<input type="checkbox"/> Carta-convite impressa.
<input type="checkbox"/> Outros. Quais:	<input type="checkbox"/> Outros. Quais:

**5. Como você avalia a resposta das UEs de sua DRE frente à proposta de autoavaliação com uso do Indique-EI?**

---

---

---

---

**6. Como você avalia a adesão das UEs de sua DRE à proposta? A que fatores você atribui isso?**

---

---

---

---

**7. Em sua opinião, como essa experiência de aplicação dos indicadores pode contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado na rede de EI paulistana?**

---

---

---

---

**8. Você teria alguma sugestão sobre a autoavaliação/avaliação na/da EI que possa ser útil para pensarmos avaliação institucional participativa no Brasil?**

---

---

---

---

**9. Gostaria de expressar mais algum aspecto que este questionário não abordou?**

---

---

---

*Obrigada por sua contribuição!*